

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

**ANDRÉ CARLOS FRANCISCO**

**DIALÉTICA DA BIBLIOTECONOMIA CONTEMPORÂNEA**

**GOIÂNIA  
2016**

ANDRÉ CARLOS FRANCISCO

**DIALÉTICA DA BIBLIOTECONOMIA CONTEMPORÂNEA**

Monografia apresentada à Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

**Orientadora:** Suely Henrique de Aquino Gomes

**Co-orientadora:** Sckarleth Alves Martins

GOIÂNIA  
2016

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

F818d Francisco, André Carlos.  
Dialética da Biblioteconomia contemporânea [manuscrito] / André Carlos Francisco. – Goiânia : Universidade Federal de Goiás, 2016.  
78 fls. ; 29 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação, Goiânia, GO, 2016. Orientadora: Suely Henrique de Aquino Gomes.

1. Biblioteconomia. 2. Dialética. I. Gomes, Suely Henrique de Aquino.  
II. Título.

CDU 02:162.6

---

**ANDRÉ CARLOS FRANCISCO**

**DIALÉTICA DA BIBLIOTECONOMIA CONTEMPORÂNEA**

Monografia apresentada junto ao Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia. Aprovada em 13/12/2016 pela banca examinadora composta pelos profissionais:

---

Prof. Dra. Suely Henrique de Aquino Gomes  
Orientadora

---

Sckarleth Alves Martins  
Co-orientadora

---

Geisa Müller de Campos Ribeiro  
Examinadora

“Todo o caráter coerente consigo mesmo tem sempre razão; perder a razão é a única contradição”.

Friedrich Schiller

## RESUMO

A pesquisa trata sobre reflexão crítica da Biblioteconomia contemporânea. A questão-problema indaga como a Biblioteconomia é vista e pensada contemporaneamente através do método dialético. O objetivo do trabalho é pensar, dialeticamente, sobre as principais áreas da Biblioteconomia, com a meta de especificar os conceitos de dialética e de Biblioteconomia de modo a identificar contradições. Recorre-se à pesquisa bibliográfica da literatura nacional, que tem como foco proposições sobre a Ciência das Bibliotecas. A massa documental levantada foi analisada via método dialético: tese, antítese e síntese, através de suas quatro leis: ação recíproca, mudança dialética, mudança qualitativa e interpenetração dos contrários. A proposta do trabalho justifica-se na medida em que aponta a relevância teórica para pensadores e profissionais que almejam fomentar reflexões críticas para a Biblioteconomia atual. Concluiu-se que a realidade histórica e social afeta direta e profundamente a Biblioteconomia e que esta Ciência apresenta contradições em suas teorias e em suas práticas.

**Palavras-chave:** Biblioteconomia. Dialética.

## **ABSTRACT**

The research deals with critical reflection about contemporary Library Science. The main issue asks how Library Science can be viewed and thought contemporaneously through dialectical method. The objective of this paper is to think, dialectically, about the main areas of Library Science, with the specifying goal the concepts of dialectics and Library Science in order to identify contradictions. It resorts on bibliographical research of national literature, which has as its focus proposals about science of libraries. The collected documentary mass was analyzed through dialectical method: thesis, antithesis and synthesis, through their four laws: reciprocal action, dialectical change, qualitative change and opposites's interpenetration. The proposal of the work is justified because it points out the theoretical relevance for thinkers and professionals who seek to foster critical reflections for the current Library Science. It was concluded that the historical and social reality directly and profoundly affects Library Science and it presents contradictions in their theories and practices.

**Keywords:** Library Science. Dialectic.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>11</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>12</b>
<b>4</b>	<b>A DIALÉTICA.....</b>	<b>13</b>
4.1	O FLUXO PERPÉTUO DE HERÁCLITO .....	14
4.2	O MUNDO DAS IDEIAS DE PLATÃO .....	15
4.3	O ESPÍRITO UNIVERSAL DE HEGEL.....	16
4.4	O MATERIALISMO HISTÓRICO DE MARX .....	18
4.5	AS LEIS DA DIALÉTICA.....	20
<b>5</b>	<b>A BIBLIOTECONOMIA.....</b>	<b>22</b>
5.1	AS LEIS DA BIBLIOTECONOMIA.....	26
5.2	BIBLIOTECÁRIOS: IMAGEM E PRÁTICAS .....	29
5.3	PROCESSAMENTO TÉCNICO DA INFORMAÇÃO.....	37
<b>5.3.1</b>	<b>Classificação (Organização do Conhecimento) .....</b>	<b>37</b>
<b>5.3.2</b>	<b>Representação Descritiva.....</b>	<b>41</b>
<b>5.3.3</b>	<b>Indexação.....</b>	<b>44</b>
5.4	BIBLIOTECAS DIGITAIS .....	47
5.5	COMPETÊNCIA INFORMACIONAL .....	49
5.6	PANORAMA CRÍTICO DA BIBLIOTECONOMIA CONTEMPORÂNEA .....	52
<b>6</b>	<b>NOVOS HORIZONTES PARA A BIBLIOTECONOMIA .....</b>	<b>58</b>
6.1	A BIBLIOTECONOMIA EM 2018 .....	58
6.2	INTERNET DAS COISAS .....	60
6.3	CURADORIA DIGITAL .....	61
6.4	NOVAS TENDÊNCIAS PARA AS BIBLIOTECAS: TOP TRENDS 2016 .....	62
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>65</b>
	<b>REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO .....</b>	<b>71</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tenciona a Biblioteconomia contemporânea sob o ponto de vista dialético. Pensando a Ciência das Bibliotecas como prática histórico-socialmente contextualizada, o projeto busca refletir e indagar como a Biblioteconomia é compreendida pelos estudiosos e pela literatura da área. A partir disso, questiona-se: Como pensar, dialeticamente, a Biblioteconomia hoje? Quais os pontos de reflexão que essa análise pode revelar?

O método escolhido para realizar tais estudos é o dialético. Ele é composto de uma tese, ou seja, uma premissa tida como veraz, que em seguida passa a ser cotejada com sua antítese, o seu contrário, para que dessa análise seja possível chegar a uma síntese, um novo conceito, um novo ponto de vista. A tese, quando contrastada com a antítese, sofre o escrutínio de quatro leis: ação recíproca, mudança dialética, passagem da quantidade à qualidade e interpenetração dos contrários. Em muitos casos, verifica-se que a mesma coisa ou ideia pode ser esquadrihada sobre o viés de todas as quatro leis; em outras situações, uma das leis melhor evidenciará as questões pretendidas.

Desta forma, objetiva-se com a presente pesquisa pensar a Biblioteconomia de forma crítica à luz do método dialético. Para tal intento, faz-se necessário apresentar um panorama conceitual da Biblioteconomia e da dialética, seguida de um levantamento na literatura nacional sobre as teorias e práticas dos principais campos da Biblioteconomia contemporânea e uma reflexão crítica sobre a Biblioteconomia via análise dialética.

O início da pesquisa discorre sobre o que é dialética e o que é Biblioteconomia, apresentando as características de ambas de forma didática, identificando os principais conceitos e teorias, para formar o embasamento da análise. Em seguida, assinalar a função dos bibliotecários num tempo de profundas mudanças. Posteriormente, fala-se, dialeticamente, sobre o contexto em que a Biblioteconomia está inserida hoje. E, finalmente, uma reflexão crítica das tendências da ciência biblioteconômica.

A pesquisa bibliográfica das principais obras sobre Dialética e da Biblioteconomia na literatura nacional vai embasar a redação do projeto. O levantamento de livros, de artigos de periódicos e artigos acadêmicos é o suporte necessário para o pesquisador, norteia a investigação proposta e delimita de forma clara o material a ser pesquisado. Longe de querer esgotar o assunto, a análise dialética da Biblioteconomia desenvolvida neste trabalho realiza ponderações a respeito de como é importante e proveitoso analisar o campo de atuação de milhares de profissionais e de estudantes.

O desenvolvimento desta pesquisa privilegia a vertente denominada dialética materialista. Isto porque esta linha de pensamento filosófico abraça as relações entre homens e realidade a partir daquilo que efetivamente os cerca, e de como as ações práticas e cotidianas ecoam na Biblioteconomia contemporânea. Sempre buscando apontar as contradições observáveis na literatura o fazer diário de bibliotecários, as indagações aqui propostas têm o intuito de pontuar novos caminhos para a práxis biblioteconômica.

Além disso, a dialética materialista tem um caráter revolucionário. Mais do que observar o que acontece, ela propõe a mudança, a transformação da realidade. A informação e o conhecimento têm esse poder de transgredir o imposto e dar condições para melhorar e mudar o real. Pensar a biblioteca e o bibliotecário como agentes de modificação do contexto social, dar condições aos indivíduos de efetivamente serem cidadãos através do acesso à informação registrada, esta é a Biblioteconomia a ser buscada.

Após a introdução, há os capítulos sobre a justificativa da pesquisa, seguida da metodologia utilizada para a feitura da análise.

O referencial teórico é iniciado com a dialética, enfocando seu conceito e os principais pensadores da Filosofia que contribuíram para a criação de suas definições fundamentais.

A pesquisa prossegue ao fazer uma abordagem conceitual e histórica da Biblioteconomia, com foco no desenvolvimento das bibliotecas brasileiras, e a partir daí focar suas principais áreas, procedendo à análise dialética. As áreas escolhidas discorrem sobre o processamento técnico, o bibliotecário, as bibliotecas digitais, a competência informacional, e encerrando o capítulo, um panorama crítico da Biblioteconomia hoje.

A última parte teórica versa sobre premissas de como a Biblioteconomia pode vir a se desenvolver, através de conjecturas, especulações e teorias. É importante perceber como os pensadores enxergam o futuro desta ciência.

Por fim, as considerações finais em forma de tese, antítese e síntese rememoram todo o trabalho para tentar apontar contradições que fazem da Biblioteconomia o que ela é, de modo a revelar o panorama deste campo científico.

## 2 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa se faz relevante ao propor analisar, criticamente, a Biblioteconomia via Dialética, buscando argumentos que a robusteçam, que a valorizem, enquanto ciência disseminadora de conhecimento.

É relevante e vantajoso perceber a Biblioteconomia através do método dialético para que haja questionamentos contínuos que a atualize, que a faça movimentar. Os profissionais e pensadores desse meio devem sempre se sentir estimulados, ativos, alertas. E só uma postura crítica frente a sua área de trabalho pode melhorar a Biblioteconomia para seus participantes e interessados.

A pertinência desse tema reside no fato de que a Biblioteconomia não é largamente pensada em seu aspecto crítico; há poucos trabalhos acadêmicos que se debruçam sobre tal tema. Esta pesquisa, sem querer esgotar o assunto, tem a pretensão de ser um registro específico para o debate reflexivo sobre a Biblioteconomia, para que possam ser encontrados mais pressupostos em favor de tal ciência.

É um assunto que pode despertar a atenção daqueles que pensam e trabalham a Biblioteconomia, que querem buscar argumentos sólidos em sua defesa, e que se fortalecerá quando mais e mais pessoas passarem a se interessar em contribuir com críticas. A análise dialética da Biblioteconomia pode ser uma abordagem útil nesse processo.

A busca de considerações reflexivas sobre a Biblioteconomia tem o intuito de atrair a atenção de estudantes, docentes e profissionais bibliotecários, para que as bibliotecas, espaços onde os conhecimentos aprendidos e disseminados são aplicados, tornem-se, também, espaço do pensamento questionador.

A proposta é pensar e refletir a Biblioteconomia, sem deixar de lado teorias e práticas, mas oferecendo um enfoque diferente do usual, de modo a engendrar novas ideias, e que elas possam ser debatidas, discutidas e, porque não, refutadas, até que outra proposta apareça e ela também possa ser debatida, discutida e refutada. É saudável e bastante proveitoso o questionamento, pois ele convida a buscar sempre novos conhecimentos, a uma reciclagem intelectual.

Professores poderão conversar com seus alunos sobre esse assunto. Estudantes terão mais uma base para compreender a Biblioteconomia. Pesquisadores poderão ter como um dos alicerces da pesquisa os resultados da análise dialética. Profissionais terão, quem sabe, a oportunidade de pensar suas práticas de forma reflexiva.

### 3 METODOLOGIA

A abordagem aplicada à análise da Biblioteconomia faz uso, nesta pesquisa, do método dialético. Para Marconi e Lakatos (2010, p. 82), o método dialético é aquele “que penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade”. As quatro leis da dialética, quais sejam: ação recíproca, mudança dialética, mudança qualitativa e interpenetração dos contrários é que permitirão a análise.

O método dialético parte da análise crítica do objeto colocado sob investigação, buscando encontrar “as determinações que o fazem ser o que é” (WACHWICZ, 2001, p. 1). Analisar dialeticamente os processos e saberes que compõe a Biblioteconomia do ponto de vista da organização, da recuperação e da democratização da informação torna perceptível que tal entidade é viva, e embute em seus processos a dinâmica da sociedade em que se insere.

De acordo com a literatura, a partir da década de 1980 os teóricos começaram a apontar as profundas mudanças que estavam acontecendo na Biblioteconomia. Por isso, a literatura selecionada para esta pesquisa utilizará esse marco temporal para começar a análise, mas sem desprezar outras datas consideradas relevantes. Temas como a imagem, o papel e as práticas sociais concernentes a um bibliotecário, a configuração da biblioteconomia de hoje e tendências para o futuro das bibliotecas e dos profissionais da informação são a base deste trabalho e serão exploradas através das quatro leis anteriormente citadas, dando ênfase em sua abordagem materialista. Nas palavras de Nogueira (1985, p. 16):

[...] como se procura examinar o oculto encoberto pela ideologia, já que a essência não se manifesta de imediato, o método dialético materialista tem o mérito de propiciar a investigação da contradição entre teoria e prática, a explicação desta dissociação, e de apontar caminhos para a construção da unidade pensamento/ação.

O projeto dá-se através de pesquisa e revisão bibliográfica de obras nacionais. Para Gil (2010, p. 29) “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado”. A revisão bibliográfica dará prioridade a artigos, pois eles são pontuais em entender determinado assunto, e são mais atuais que as obras canônicas. Os escritos contidos nos artigos vão trazer aspectos contemporâneos sobre a Biblioteconomia, sem deixar de lado sua construção histórica. O método dialético vai percorrê-los, buscando as contradições inerentes ao seu pensamento, abordando qualitativamente os dados levantados, explorando a questão problema, de modo a buscar o resultado apresentado pela análise dialética.

## 4 A DIALÉTICA

Para executar a análise dialética, é necessário trazer os principais fundamentos desta linha de pensamento filosófico, de modo a tornar evidentes os conceitos-chave e, didaticamente, mostrar a trajetória histórica percorrida pela dialética até hoje. Para isso, são apresentados os principais filósofos que construíram as definições teóricas mais relevantes, e também as quatro leis que permitem proceder à análise dialética.

Pensar é um atributo essencialmente humano. Ao perceber o mundo ao seu redor, o homem é capaz de sistematizar o que viu e o que sentiu. Ele vai criando conceitos para o que existe, e avança na sua elucubração ao relacionar as diferentes formas e matérias das coisas, criando novos sentidos e ampliando o conhecimento.

O ser humano, como ser social, compartilha o seu saber com os semelhantes. Nem sempre há concordância, muitas vezes reproduz-se o que já é conhecido, o famoso senso comum. Pessoas diferentes, com contextos sociais distintos geram ideias díspares.

Sócrates, o pai da Filosofia, tinha um método bastante curioso, e plenamente eficaz, para entrever o que as pessoas sabiam. Ele partia de um questionamento bem simples, e a partir da resposta dada, ia perscrutando mais e mais, de modo a tentar encontrar a verdade, até achar paradoxos no conhecimento popular, mostrando assim que ninguém sabe plenamente o que afirma. Isso levava o nome de maiêutica (CHAUÍ, 2010, p. 87).

O pensamento grego, desprestigiado pela intemperança dos primeiros e variados sistemas filosóficos e pelo mau emprego que deles faziam os sofistas, exigia uma matéria ou estudo que impusesse ordem na argumentação e no raciocínio. A primeira tentativa nesse sentido foi a dialética (ENCICLOPÉDIA BARSA, 1980, p. 250).

A dialética pode ser conceituada como a técnica do bem conversar. A exposição de arbítrios, de entendimentos subjetivos que têm por objetivo a manifestação do saber humano.

O Dicionário Houaiss (2009, p. 473) define o verbete Dialética como “oposição, conflito originado pela contradição entre princípios teóricos ou fenômenos empíricos”.

É preciso voltar na linha de tempo da Filosofia para compreender melhor esse sistema de pensamento. Konder (1998, p. 7) conta que, na Grécia antiga, a Dialética era: “[...] a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão”. Para o referido autor (IDEM, p. 7) “na acepção moderna [...] é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo como compreendemos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”. Chauí (2010, p. 136) conceitua Dialética como “procedimento com o qual

passamos dos contrários ao idêntico, das opiniões contrárias à identidade da ideia, das oposições do devir à unidade da essência”.

A Dialética, como escola de pensamento filosófico, não pode ser entendida sem a menção de quatro grandes filósofos, que contribuíram sobremaneira para sua evolução: Heráclito de Éfeso, Platão, Hegel e Marx.

#### 4.1 O FLUXO PERPÉTUO DE HERÁCLITO

Heráclito foi um filósofo que nasceu e morreu na cidade de Éfeso, Grécia. Os estudiosos divergem sobre o ano de nascimento e de morte do pensador, definindo-as aproximadamente entre os anos de 540 a 480 a.C. Era aristocrata e homem excessivamente soberbo, tendo vivido no retiro das montanhas, em meditação (SUCUPIRA 1984, p. 28). Misanthropo, desprezava o lugar comum do pensamento da plebe grega, tendo, a certa altura de sua vida, retirado-se da vida pública e passado a viver nas montanhas, isolado.

Sua filosofia chegou até os tempos atuais através de fragmentos, todos eles transcritos e interpretados por outros pensadores gregos. Seus aforismos são bastante obscuros, melancólicos, convidando o leitor a refletir profundamente sobre suas palavras. No dizer de Chauí (2010, p. 135)

o mundo, segundo Heráclito, é um fluxo perpétuo onde nada permanece idêntico a si mesmo, mas tudo se transforma no seu contrário. A luta é a harmonia dos contrários, responsável pela ordem racional do universo. Nossa experiência sensorial percebe o mundo como se tudo fosse estável e permanente, mas o pensamento sabe que nada permanece, tudo se torna o contrário de si mesmo. O *logos* é a mudança de todas as coisas, os conflitos entre elas, e a contradição.

O *Logos* era, segundo Heráclito, uma lei universal cósmica, que permite que tudo possa começar a existir e sustém o equilíbrio de todos os elementos. Heráclito aventava que o equilíbrio de elementos opostos – dia e noite, quente e frio, vida e morte – buscava a unidade do universo.

Heráclito é considerado o pai da dialética. Seus fragmentos constituem um primeiro esforço em afirmar que os contrários não estão contidos apenas nas palavras, pensamentos ou escritos, mas em toda a natureza e no Universo como um todo. “Para Heráclito, a contradição é a lei racional da realidade” (CHAUI, 2010, p. 135).

Os contrários buscam o equilíbrio, e isso perpassa por todos os elementos do Universo. A realidade só pode ser compreendida quando se parte do pressuposto que tudo é um fluxo permanente, tudo se transforma. De acordo com Sucupira (1983, P. 30), “a ideia de transformação está presente em todo o pensamento de Heráclito”.

## 4.2 O MUNDO DAS IDEIAS DE PLATÃO

Platão foi, e continua sendo, um dos maiores filósofos da humanidade. Sua visão filosófica até hoje é debatida pelos estudiosos devido a sua pertinência. Discípulo de Sócrates, ele viu o mestre ser condenado à morte e, por isso, resolveu mostrar ao mundo seus ensinamentos, mas também revelar suas próprias conclusões.

Dentre as obras que conseguiram atravessar a posteridade, Platão explora seu conceito de dialética em três deles: República, Menon, e o Fédon. Seu mestre Sócrates é um dos interlocutores dos três diálogos, sendo que a natureza e a verdade do conhecimento são tratados no Menon.

O grande filósofo erigiu seu sistema filosófico ao dividir o conhecimento entre o Mundo das Ideias, onde tudo é perfeito e absoluto, e o Mundo dos Sentidos, onde as pessoas vivem, sendo que tudo é uma sombra imperfeita do mundo ideal. Essa dualidade é a interpretação proposta por Platão a respeito de como o senso comum é contraditório e alienador, e a busca do conhecimento verdadeiro é o real sentido da vida. Tentando ilustrar seu ponto de vista, ele criou uma alegoria intitulada “O Mito da Caverna”:

Ele nos convidou a imaginar uma caverna na qual as pessoas estão aprisionadas desde o nascimento, amarradas, encarando a parede ao fundo, na escuridão. Elas só podem olhar para frente. Atrás dos prisioneiros há uma chama brilhante que lança sombras na parede para a qual eles olham. Há também uma plataforma entre o fogo e os prisioneiros, na qual pessoas andam e exibem vários objetos de tempos em tempos, de modo que as sombras desses objetos são lançadas na parede. Tais sombras são tudo o que os prisioneiros conhecem do mundo, e eles não tem noção alguma sobre os objetos reais. Se um prisioneiro conseguir se desamarrar e se virar, verá ele mesmo os objetos. Mas, depois de uma vida de confinamento, ele provavelmente ficará muito confuso e talvez fascinado pelo fogo, e muito provavelmente se voltará de novo para a parede, a única realidade que conhece (O LIVRO DA FILOSOFIA, p. 53-54).

A busca pelo conhecimento real e verdadeiro passa pela superação das ilusões do mundo sensível, gradualmente, até que se alcance o mundo das Ideias, onde tudo é perfeito e harmônico. Isso se dá pelo conhecimento que repousa em cada alma, e que precisa ser despertado de alguma maneira. A dialética, para o grande filósofo, é manifestação do Mundo das Ideias, que já deixou na mente e na o conhecimento do mundo.

Esta é a acepção platônica da dialética de acordo com os estudos de CHAUI (2010, p. 135): “um recurso linguístico e intelectual, partindo de um fato ou ideia a ser separado ou dividido em duas partes opostas, de maneira tal que se possa conhecer sua contradição e se possa determinar qual das partes é a legítima verdade e qual é o incorreto”.

A cada vez que se opera a divisão, surge uma nova dupla de contrários, que sofrem a ação de serem separados e, mais de uma vez, partidos, de tal maneira que se chegue a uma condição indivisível, isto é, não composto por nenhuma oposição ou contradição, perfazendo a ideia síntese, a essência da coisa em exame. Segundo Chauí (2010, p. 136), “partindo de sensações, imagens, opiniões contraditórias sobre alguma coisa, a dialética vai separando os opostos em pares, mostrando que um dos termos é aparência e ilusão e o outro, verdadeiro, até chegar à essência da coisa”.

#### 4.3 O ESPÍRITO ABSOLUTO DE HEGEL

Georg Wilhelm Friedrich Hegel foi um dos maiores filósofos da Alemanha e um dos pensadores mais originais da história da Filosofia. Nasceu em Stuttgart em 1770 e faleceu em Berlim 61 anos depois, no ano de 1831. A influência de seu pensamento é sentida em Marx, Nietzsche e Freud, entre tantos outros filósofos.

Sua obra máxima é a “Fenomenologia do Espírito”. Ele também escreveu a “Ciência da Lógica”, até hoje obra de grande peso nas disciplinas de lógica. O estilo tortuoso de seus escritos é um desafio aos estudiosos de Filosofia.

Konder (1998, p. 30) diz que “Hegel reconhece o sujeito humano como ser essencialmente ativo e está sempre interferindo na realidade”.

A tese central de Hegel era de que os fenômenos que se apresentam à vida humana, à consciência, à liberdade, até as instituições políticas, são faces de um único Espírito (em alemão, o vocábulo utilizado pelo filósofo, “*Geist*”, pode também ser traduzido por “mente” ou “ideia”), que ao longo do tempo reintegra esses aspectos em si mesmo, o devir. A ideia é a estrutura fundamental do processo de reintegração que Hegel vem a chamar de “dialética”; um processo que nós (enquanto partes do Espírito) entendemos como “história” (O LIVRO DA FILOSOFIA, 2011, p. 180).

O filósofo refletiu o impacto do trabalho na atividade humana. Sobre esse aspecto, Konder (1998, p. 33) corrobora que, para Hegel,

É no trabalho que o homem se produz a si mesmo; o trabalho é o núcleo a partir do qual podem ser compreendidas as formas complicadas da atividade criadora do sujeito humano. No trabalho se acha tanto a resistência do objeto (que nunca pode ser ignorada) como o poder do sujeito, a capacidade que o sujeito tem de encaminhar, com habilidade e persistência, uma superação dessa resistência... O trabalho é conceito chave para nós compreendermos o que é superação dialética.



De acordo com os estudos de Konder (2008, p. 31), Hegel usou o vocábulo alemão *aufheben* (suspender) de modo a ilustrar o que vem a ser a superação dialética. Mas ele comporta três sentidos diferentes:

- Negação, anulação, cancelamento (Exemplo: um usuário suspenso porque não devolveu o livro no dia certo e não pagou a multa correspondente);
- Erigir, erguer algo para protegê-lo (Exemplo: um livro antigo, raro, que é exposto ao público, mas não pode ser manuseado);
- Elevação da qualidade, transformação qualitativa, substancial, evolução (Exemplo: folhas de papel escritas à mão transformam-se em um livro).

Utilizando os três sentidos ao mesmo tempo em seu sistema filosófico, Hegel tem a intenção de mostrar que “a superação dialética é simultaneamente a negação de uma determinada realidade, a conservação de algo essencial que existe nessa realidade negada e a elevação dela a um nível superior” (KONDER, 1998, p. 33).

De acordo com Hegel, o motivo da existência do conhecimento e da razão seria a existência de um Espírito Universal, perceptível na natureza e na cultura. Ele se move e opera no universo, e ao mesmo tempo, o descobre e o transforma. Mais do que isso, o “*Geist*” reconhece a si mesmo, conhecendo profundamente a si e ao mundo, ascendendo-se a um estágio elevado de compreensão e entendimento. A História, para Hegel, seria o resultado da ação deste “Espírito Absoluto” sobre o mundo, manifestando-se através das artes, da ciência, das técnicas e de instituições (religião, filosofia, leis etc). O Geist se reconhece e age no mundo através da dialética (ou Ciência da Lógica, denominação também usada pelo filósofo). Todas as vezes que ele age, reflete a si mesmo, reconhecendo-se e superando as formas anteriores (INTRODUÇÃO AO MATERIALISMO DIALÉTICO, s.d., p. 6-7).

Essa demonstração coloca a contradição como princípio que estabelece a relação entre o Espírito Absoluto e o Universo. Hegel entende o paradoxo como a condição de existência e transformação dos sujeitos. Quando a consciência refere-se a um determinado objeto, ela parte de uma ideia pré-estabelecida. A partir dessa ideia, a razão modifica a essência da coisa através da ação. O objeto modificado assume um patamar mais elevado e isso incide sobre a nossa consciência, elevando o nosso entendimento sobre este objeto. Uma compreensão ou consciência inovadora a respeito do objeto, por sua vez, dará a largada para a criação de uma nova exegese, o que mudará a forma/ideia, por intermédio da ação, compreendida por Hegel como História, de maneira sucessiva (IDEM, p. 7).

#### 4.4 O MATERIALISMO HISTÓRICO DE MARX

Karl Marx (1818-1883) foi um pensador filosófico alemão que ainda hoje tem suas ideias discutidas na sociedade, tamanha foi a originalidade de seu pensamento. A análise da sociedade pós-Revolução Industrial, as ponderações críticas a respeito dos mecanismos capitalistas e suas consequências são um dos ápices do pensamento filosófico.

Juntamente com Friedrich Engels, seu amigo e colaborador, Marx pensava a sociedade na dicotomia burguesia *versus* proletariado. Figueiredo (2003) esclarece que os burgueses são os donos dos meios de produção e compram do proletariado sua força de trabalho. O proletário recebe uma compensação em capital, mas com valor extremamente menor que o do burguês. Como a força de trabalho é considerada mercadoria, ela deveria ser paga com equidade, ou seja, o trabalhador recebe na justa medida de seus esforços. Entretanto, o burguês paga um mesmo valor para todos, fazendo da diferença uma fonte de lucro para si. Essa configuração recebeu o nome de mais-valia.

Os problemas começavam, de acordo com Marx e Engels, na enorme distância entre burgueses e proletários. A maior parte do capital fica nas mãos dos donos dos meios de produção, e os proletários recebiam salários miseráveis, trabalhavam mais de doze horas por dia, não tinham nenhuma perspectiva de melhorar de vida e não estudavam (O LIVRO DA FILOSOFIA, 2011, p. 198-203).

Essa situação injusta para com os trabalhadores fez eclodir na Europa vários movimentos denominados socialistas e comunistas. O ano de 1848 foi representativo para o comunismo: vários países registraram levantes dos trabalhadores em suas indústrias e foi publicado pela primeira vez o Manifesto Comunista.

Os estudos dos economistas políticos ingleses, sobretudo Adam Smith e David Ricardo, aliado com a situação política e social da Europa da primeira metade do Séc. XIX fez Marx perceber que o Capitalismo como sistema falho e o fez começar a pensar como superá-lo. O pensamento socialista era a resposta, mas mesmo eles precisavam de aperfeiçoamento teórico (O LIVRO DA FILOSOFIA, 2011, p. 199).

Ao se deparar com as obras de Hegel, Marx e Engels defrontaram-se com o conceito de dialética. O princípio dialético de Hegel era Idealista: o pensamento molda a realidade, e só ele é agente transformador. Marx pensou de forma diferente: a história sempre foi luta de classes, e esse ponto é extremamente dialético em seu fundamento. Patrícios e plebeus na Roma Antiga, senhores feudais e vassalos na Idade Média, burgueses e proletários no Séc. XIX – sempre houve uma hierarquia, argumento utilizado pela burguesia (apoiado na

Metafísica, que afirma que as coisas sempre foram do jeito que são, imunes a mudanças) para justificar sua posição dentro do estrato social e seus atos para com os proletários. “A história [...] é um processo que acontece aqui e agora, produzidas por nós através de contradições que criamos. Alguma coisa é histórica, porque se constitui *prática e continuamente*” (MOSTAFA, 1981, p. 48, grifos do autor). Identifica Salatiel (2008) o contexto histórico e o conceito de dialética para Marx:

era o mundo material que condicionava a ideia que fazíamos dele. Ele escrevia em meio à Revolução Industrial, em que uma massa de trabalhadores vivia em condições deploráveis nas grandes cidades, o que estimulava o crescimento de movimentos socialistas e anarquistas em toda a Europa. A sociedade capitalista, segundo Marx, funcionava com base no antagonismo entre duas classes: a burguesia, que detinha os modos de produção (fábricas, empresas, terras, comércio, etc.), e o proletariado, trabalhadores que vendiam sua força de trabalho. Na dialética marxista, a burguesia seria a tese - e o proletariado, sua antítese. A síntese seria a superação da sociedade de classes por uma sem classes, o comunismo. As crises do capitalismo, então, decorreriam dos conflitos entre burguesia e proletariado, e seriam o prenúncio de uma superação dialética da economia política.

Na acepção de Mostafa (1981, p. 49), “conhecer os fatos passa a ser na concepção dialética, conhecer o lugar que eles ocupam na totalidade do próprio real”. O homem e sua transformação do mundo através do trabalho eram a base da análise empreendida pelos filósofos socialistas. A dialética dita marxista direciona sua retórica em direção ao movimento do proletariado, e a partir dele mudar a realidade. A práxis é o elemento que faz o proletário perceber o mundo e dotar seus sentidos e pensamentos para mudá-lo.

Marx e Engels partilhavam da visão filosófica de Hegel - o trabalho como impulso do desenvolvimento e de que o pensamento e o universo estão em constante mudança -, porém entravam em discordância em relação às transformações no campo das ideias seriam a causa precípua para determinar a realidade. Pelo contrário, as mudanças ocorridas no nível da realidade material que indicam as mudanças das ideias.

Discorreram também os filósofos a respeito da unilateralidade da visão hegeliana a respeito do trabalho, isto porque Hegel deu excessiva ênfase ao trabalho intelectual, pouco valorizando a o trabalho material, físico. Konder (2008, p. 43) fala que o “Espírito Absoluto” já não poderia ser a razão principal da realidade, mas, pelo contrário, a realidade é que estabelece nosso modo de pensar. O conhecimento é o resultado da forma como os indivíduos desenvolvem sua vida produtiva, o que é produzido e de que forma isso é feito. De modo que o trabalho, a prática seriam importantes referências na formação da consciência social. Mostafa (1981, p.49) assim resume:

A dialética materialista pode, por esse processo de ida e vinda, aprender a coisa dentro de uma totalidade concreta, que não significa todos os fatos, mas significa apreender as mediações ou contradições que determinam aquela aparência, aquela situação, tal qual a enxergamos empiricamente.

O que Marx e Engels conseguiram mostrar como o idealismo hegeliano vê de forma equivocada a dialética, e aplicaram - na sobre o aspecto materialista da realidade, e a partir daí começar a pensar a sociedade.

#### 4.5 AS LEIS DA DIALÉTICA

O materialismo dialético criou, em seus estudos, leis que explicam a realidade e a natureza de maneira dialética. Segundo Konder (1998, p. 66) foi Engels quem fez a sistematização dos conceitos, primeiramente propostos por Hegel na sua forma idealista. Engels, então, transmutou todos os conceitos da dialética idealista de Hegel para os domínios do materialismo.

As leis da dialética materialista são, segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 82): “ação recíproca, unidade polar ou "tudo se relaciona"; mudança dialética, negação da negação ou "tudo se transforma"; passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa; interpenetração dos contrários, contradição ou luta dos contrários”. Konder identifica apenas três: “lei da interpenetração dos contrários, lei da negação da negação e lei da passagem da quantidade à qualidade” (2008, p. 63).

Para a dialética nada permanece estável, tudo se modifica. Essa lei é chamada de mudança dialética. Todas as coisas sofrem mudanças porque encerram contradições. Konder (1998, p. 64) diz que “na perspectiva dialética, cada coisa traz inerente a si a própria contradição [...] é levada a transformar-se no seu contrário. [...] de modo que a coisa, no momento, é simplesmente uma síntese”. A provisoriade da natureza e da realidade permite ao pesquisador e/ou observador o estudo do movimento e análise da realidade a partir de suas mudanças.

A ação recíproca diz sobre processos. Há uma cadeia ordenada de processos que opera a transformação dialética. A contradição inerente a cada forma desenvolve uma série de fenômenos que tem como consequência a transformação, a mudança. E isso não ocorre isoladamente, individualmente, mas dentro de um contexto de interação entre os componentes da natureza. Tudo tem a ver com tudo, e tudo se entrelaça e, em diferentes níveis, são

dependentes uns dos outros (KONDER, 1998, p. 64). A Enciclopédia Barsa assim exemplifica:

Há um encadeamento dos processos. A flor se muda em pera, esta em árvore, esta em humo, este em novos processos vitais, químicos ou físicos etc. O mundo é o conjunto de todos os processos, onde tudo sofre uma transformação concatenada e progressiva. Este encadeamento dos processos não é circular, mas espiral. Basta ver que uma pera gera uma árvore, mas uma árvore gera milhares de peras que não são integralmente idênticas à ancestral (BARSA, 1980, p. 250-251).

A interpenetração dos contrários já foi denominada unidade dos contrários. Independente de nomenclatura, esta terceira lei quer dizer que cada coisa encerra em si sua contradição. Todas as coisas são tese e ao mesmo tempo antítese de si mesmas. Marconi e Lakatos (2010, p. 87) dizem que a contradição é “princípio do desenvolvimento, dando vulto à inovação resultante da transformação: a luta entre o velho e o novo, entre o que morre e o que nasce, entre o que perece e o que se desenvolve”.

A passagem da quantidade à qualidade diz respeito às mudanças que ocorre com todos os elementos. Em determinado momento, esse elemento terá sua natureza transformada, mas isso sendo possível porque pequenas alterações foram feitas ao longo do tempo, de modo que a alteração mais visível é produto das pequenas mudanças. Konder (1998, p. 66) assim conceitua a lei da passagem da quantidade à qualidade pois

... se refere ao fato de que, ao mudarem, as coisas não mudam sempre no mesmo ritmo; o processo de transformação por meio da qual elas existem passa por períodos lentos (nos quais se sucedem pequenas alterações quantitativas) e por períodos de aceleração (que precipitam alterações qualitativas, isto é, saltos, modificações radicais).

A lei dialética que fala sobre a relação quantidade/qualidade guarda inúmeras correlações com a informação e com a Biblioteconomia.

Todas as leis acima referidas ilustram que a mudança é inerente aos seres e aos fatos e que há a possibilidade de pensar o mundo e a realidade através dessas transformações.

## 5 A BIBLIOTECONOMIA

Apresenta-se aqui breve apanhado do desenvolvimento histórico da Biblioteconomia no Brasil, de modo a iluminar como ela foi vista no passado e como ela é encarada na contemporaneidade. A análise tem a pretensão de evidenciar, a partir dos conceitos da dialética, os principais elementos que compõe a Biblioteconomia contemporânea, com a finalidade de refletir criticamente a referida ciência.

Biblioteconomia vem dos estudos e práticas recorrentes nas bibliotecas. Seu nome vem de *biblíon* e *thêke*, junto com *nomos* que quer dizer regra, acrescido do sufixo *ia* (FONSECA, 2007, p. 48) De acordo com os estudos de Vieira (2014, p. 1), o termo foi usado pela primeira vez em francês, “no livro intitulado *Bibliothéconomie: instructions sur l’arrangement, la conservacion e l’administration des bibliothèques*, publicado por Léopold-August-Constantin Hesse”.

Mey (2004, p.73-74), pensando na etimologia do vocábulo “Biblioteconomia”, faz uma pertinente colocação sobre a origem do termo:

De origem grega, através do latim, formada pelos termos “biblion” e “teca” – geralmente traduzidos como “livro” e “depósito” ou “lugar de guarda” – conduz a um princípio equivocado. A Biblioteconomia, em consequência, seria a coleta, organização e disseminação de livros. Muitos se perguntam se a mudança de termos acarretaria mudança na imagem da profissão, não a vinculando necessariamente a livros. No entanto, a palavra grega “biblion” não se poderia referir a livros, uma vez que eles eram inexistentes para os gregos antigos; havia apenas rolos de papiro. O papiro, este sim, vinha da cidade fenícia de Biblos (hoje no Líbano), o que nominou o tipo de suporte em grego. Portanto, qualquer ligação entre o suporte e a profissão não se dá através da etimologia, mas através da própria imagem que se dá a nossas bibliotecas.

Ao longo da história desta ciência, atribui-se ao termo biblioteca o simples significado de “coleções de livros”, e também a entidades outras com mais funções, organizacionalmente estruturadas, que são encarregadas de disponibilizar serviços de acordo com os usuários alvo.

O contexto do surgimento de bibliotecas no Brasil é ligado à religião católica. “O aparecimento de livros, instituições de ensino e, posteriormente, as bibliotecas, só ocorreu a partir de 1549 com a instalação do Governo Geral, em Salvador (Bahia)” (SANTOS, 2010, p. 51). Conventos e mosteiros eram os espaços onde havia coleções de livros. Os “bibliotecários” eram os próprios religiosos. Entre os empecilhos para a expansão de bibliotecas no Brasil do Séc. XVI até o final do Séc. XVIII estavam a proibição da criação e desenvolvimento de tipografias e a censura da Igreja Católica.

A vinda da Família Real ao Brasil no ano de 1808 foi um marco para a história das bibliotecas brasileiras. Toda a corte foi transferida de Portugal para sua colônia mais rica, e com ela vieram, de acordo com Santos (2010, p. 54) “um acervo de 60 mil peças, entre livros, manuscritos, estampas, mapas, moedas e medalhas”.

A biblioteca foi inaugurada no dia 13 de maio de 1811, dia do aniversário de D. João, nas dependências do Hospital da Ordem Terceira do Carmo. Ela recebeu outras obras remanescentes, que apenas puderam ser embarcadas após a chegada da comitiva real. Mas não era de uso popular: apenas estudiosos poderiam consultar seu acervo, mediante prévia anuência do Rei. Somente em 1814, a biblioteca veio a ser aberta ao público, tornando-se Biblioteca Nacional depois da proclamação da Independência, em 1822.

No período compreendido entre o final do Séc. XVIII até meados do Séc. XIX, em que se pese a baixa instrução da maioria do povo brasileiro, e o acesso à educação restrito a certos estratos sociais, os livros começaram a se disseminar e a se popularizar em terras tupiniquins. De acordo com Santos (2010, p. 53),

Muitas pessoas passaram a reservar mesas e móveis para os livros e, posteriormente um cômodo. Foram instaurados também lugares especiais para os livros, como bibliotecas e livrarias. A leitura oral, pública ou privada, proliferou e os livros passaram a serem lidos e debatidos.

Isto porque ter uma coleção de livros era sinal de *status* e diferenciação entre classes sociais. Queiroz (2006, p. 12) aponta o surgimento de “um tipo interessante de benemérito das letras: o barão ou o fazendeiro que queria transformar a sua cidade natal num centro de cultura e de progresso”.

As cidades também notaram o aumento do número de bibliotecas, já que os editores tinham por obrigação doar ao Governo um exemplar de cada obra impressa. Os objetivos por trás dessa ação eram: promover o idioma nacional, fornecer publicações oficiais, fornecer livros e outros materiais para o estudante, apoiar campanhas de alfabetização e fornecer livros adequados aos neo-alfabetizados, ser depositária do acervo da inteligência e da história local, fornecer serviços de informação técnica e comercial (MIRANDA, 1978, p. 69).

Verificam-se contradições no percurso histórico das bibliotecas: elas existem, mas são poucas. O acervo é controlado, mas a leitura é incentivada. Há uma valorização do estudo, mas a escola não tem condições de atender toda a população. A biblioteca é um espaço prestigiado, mas pouco utilizado.

O Século XX assistiu a grandes fatos a respeito de bibliotecas: a criação de cursos superiores de Biblioteconomia, a regulamentação da profissão de bibliotecário, além do aumento do número de livros e periódicos e a atuação agressiva do mercado editorial, transformando o livro em produto de massa.

O primeiro curso de Biblioteconomia criado no Brasil foi da competência da Biblioteca Nacional, em 1911 e visava “sanar as dificuldades existentes na biblioteca [Nacional], há gerações, quanto à qualificação de pessoal” (CASTRO, 2000, p. 53). A lei da mudança dialética pode ser relacionada aqui: no Brasil, havia bibliotecas, mas não profissionais, apenas eruditos e entusiastas que doavam às bibliotecas seus conhecimentos e tempo de trabalho. A necessidade de se contar com pessoas qualificadas para realizar o trabalho na biblioteca levou à criação do primeiro curso na área.

No estado de São Paulo, a biblioteca da Faculdade Mackenzie, inaugurada em 1926 foi a pioneira no ensino pragmático da Biblioteconomia, de influência americana, que dava mais ênfase nas técnicas de organização (CASTRO, 2000, p. 65). O curso durou até 1936, quando passa a ser oferecido pelo recém-criado Curso de Biblioteconomia do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo por Rubens Borba de Moraes. Teve suas atividades encerradas em 1939.

De acordo com os estudos de Barbosa (1979, p.17), “a década de 40 foi, no Brasil, inegavelmente a do início do desenvolvimento das modernas técnicas biblioteconômicas”. A Biblioteca Nacional foi reformada, o currículo dos cursos sofreu modificações, mais pessoas puderam estudar Biblioteconomia nos Estados Unidos, de modo a inteirarem-se com modernas técnicas de organização de bibliotecas, além da criação de um serviço de catalogação cooperativa, “único, até hoje, na América Latina” (IDEM).

Quando outros estados implantaram os cursos de Biblioteconomia, Castro (2000, p. 109) afirma que ocorreram algumas dificuldades, como “o transplante curricular de São Paulo e do Rio de Janeiro, de modo acrítico, desconsiderando as necessidades e características de cada local”. Também dificultava o pequeno número de professores para atender os novos cursos. Entre as décadas de 1940 a 1960, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Paraná, Brasília, Pará, Ceará, Maranhão e Paraíba implantaram em suas universidades Escolas de Biblioteconomia (IDEM, p. 111).

A regulamentação da profissão de bibliotecário só veio com a lei 4.084, de 30 de junho de 1962. Na perspectiva de Castro (2000, p. 151):



Até 1962, os bibliotecários brasileiros encontravam-se no dilema de não terem garantido os seus direitos pela ausência de uma lei que regulamentasse a profissão. Era o que faltava para consolidar os avanços que vinham ocorrendo, mesmo timidamente, desde os anos 30: ampliação do número de escolas e associações de classe, organização de eventos científicos e reconhecimento pelo DASP da Biblioteconomia como profissão de nível superior. Com o objetivo de terem sua profissão reconhecida, os *bibliotecários-líderes* utilizaram-se dos favores políticos, para alcançarem esta finalidade (grifos do autor).

É possível afirmar que a ação recíproca dialética mostra que o encadeamento de aspectos e circunstâncias próprios da realidade social daquele tempo resultou numa passagem quantitativa para qualitativa dos processos biblioteconômicos, demonstrando que a aprovação da lei regulamentadora foi conseguida graças a um histórico de lutas e negociações. Mais do que criar bibliotecas, cursos de Biblioteconomia e formar profissionais, era preciso reconhecer este profissional e disponibilizar material (livros) para as unidades de informação.

Em 1937 foi criado, pelo governo Getúlio Vargas, o Instituto Nacional do Livro – INL, que tinha por finalidade, entre outros:

c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros; d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. (BRASIL, 1937)

A iniciativa da criação deste Instituto era fomentar o aumento de editoras no Brasil, consequentemente aumentando o número de leitores. Os municípios brasileiros foram criando bibliotecas para receber as novas aquisições. Mas o que se percebeu foram projetos grandiosos, porém, muitas vezes, fracassados. Segundo Bragança (2009, p. 24) “a falta de vontade política dos sucessivos governos para o enfrentamento do desafio que significaria retirar do atraso secular o desenvolvimento das práticas de cultura letrada no país” foi um dos inúmeros fatores de derrocada dessa iniciativa. O Instituto Nacional do Livro teve suas atividades incorporadas à Biblioteca Nacional em 1991.

As bibliotecas municipais e estaduais sofrem com a falta de investimentos, tanto financeiros como de recursos humanos. Os acervos conseguem oferecer aos usuários bons títulos, tanto de literatura quanto de livros didáticos. Entretanto, há poucos bibliotecários e o investimento em espaço físico é praticamente nulo. De acordo com a visão de Milanesi (2013, p. 61), as bibliotecas, em especial as públicas, tornaram-se espaço para estudantes, isto porque a escola dificilmente possuía uma biblioteca em suas dependências<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> “Os números presentes no Censo Escolar 2013 e compilados pelo portal Qedu mostram que, desde 2010, quando entrou em vigor a lei 12.244 — que obriga todos os gestores a providenciar, até 2020, espaços estruturados de leitura em seus colégios —, a situação praticamente não evoluiu. Naquele ano, só 33,1% das

A interpenetração dos contrários permeia a história das bibliotecas no Século XX. Apesar da importância reconhecida por vários setores da sociedade, da criação dos cursos de Biblioteconomia e na regulamentação da profissão, percebeu-se um declínio da relevância deste espaço. Por mais que as conquistas materiais tenham sido extraordinárias, as contradições pareciam enterrar novas conquistas.

Várias políticas públicas foram criadas para disseminar o livro e a biblioteca. A Política Nacional do Livro (2003), Programa Nacional de Incentivo à Leitura (1992), Plano Nacional do Livro e da Leitura (2006), Lei Rouanet (1991), Programa Nacional de Biblioteca Escolar (1997) são alguns dos exemplos que tentaram fazer com que o Brasil fosse um país de leitores, de incentivo à leitura e da criação de bibliotecas (ROSA, ODDONE, 2006, p. 188-190). A lei 12.244, de 24 de maio de 2010 diz que todas as escolas brasileiras deverão contar com uma biblioteca com bibliotecário, obedecendo ao prazo máximo até o ano de 2020.

O despertar do Século XXI trouxe consigo o computador pessoal e a internet. Seu barateamento e fácil manuseio permitiram uma revolução digital. Vários segmentos de mercado livreiro migraram para esta nova plataforma. Livros digitais são uma constante, a criação de revistas científicas eletrônicas elevou as Ciências a um novo patamar.

Portanto, é preciso agora pensar como todas essas mudanças impactam nas práticas biblioteconômicas, pois essas alterações trazem contradições inerentes. O processamento técnico da informação, o perfil do bibliotecário, as tendências pensadas para o futuro da Biblioteconomia são aqui analisados através do paradigma da variação inerente a todas as coisas.

A tese de que a biblioteca é um espaço importante para a sociedade contrasta na antítese da falta de investimentos e sucateamento que elas enfrentam. A síntese é discutir qual o seu trabalho e o seu papel para que ela receba, efetivamente, a atenção que merece.

## 5.1 AS LEIS DA BIBLIOTECONOMIA

As leis da Biblioteconomia foram criadas pelo matemático e bibliotecário indiano de nome Shiyali Ramamrita Ranganathan. São cinco proposições publicadas em 1931, resultado de uma pesquisa feita em mais de cem bibliotecas inglesas (LEITÃO, 2005, p. 22), e que fazem parte da teoria biblioteconômica pelo mundo todo. Aqui elas serão pensadas através

das leis da dialética, para que a análise possa revelar se há contradições. São elas (RANGANATHAN, 2009):

- Os livros são para usar: na atual era da disseminação do conhecimento, não faz mais sentido a biblioteca ser apenas um local de guarda e depósito de livros e documentos. É preciso efetivamente fazer uso dos materiais bibliográficos. O bibliotecário indiano aponta também que a localização da biblioteca “pode ser tomada como um índice do grau de confiança que os órgãos responsáveis por bibliotecas têm na [primeira] lei” (IDEM, p. 10). A interpenetração dos contrários presente nesta lei manifesta-se quando os livros são reconhecidos como objetos que se desgastam, e a preservação deles faz com que eles não sejam usados. A biblioteca não pode ser apenas um local de guarda de livros, mas os usuários têm que ter cuidado ao manusear as obras.
- Para cada pessoa o seu livro: a segunda lei da Biblioteconomia tem dois sentidos: a “Educação para todos” (IDEM, p. 51) e de Estudos de Usuários, de modo a descobrir qual a melhor leitura para cada pessoa. Além disso, é preciso de recursos financeiros para prover a biblioteca de materiais e bibliotecários que façam a ligação entre os livros e os usuários. Há uma ação recíproca de conhecer os usuários e os não-usuários, e suas necessidades informacionais. A mudança dialética aparece ao se apontar a imensa quantidade de obras existentes no mercado, tentando deduzir daí que pelo menos uma delas vai servir ao consulente.
- Para cada livro seu leitor: a disseminação da informação é o cerne da terceira lei. Por isso, Ranganathan (2009, p. 191-210) analisa o arranjo dos livros nas estantes, sobre o livre acesso do usuário na unidade de informação, fala também a respeito do bibliotecário de referência, e afirma que “sua ocupação deve ser falar dos livros para os leitores e conquista-los, por assim dizer, para os livros” (IDEM, p. 197). A ação recíproca de se criar e estudar mecanismos para recuperar a informação e arrumar as obras nas prateleiras das bibliotecas é seguida da interpenetração dos contrários, que diz que tudo encerra em si sua contradição. Cada unidade de informação tem objetivos singulares, e a padronização de processos pode ser benéfica, mas também atrapalhar e desatender os propósitos de sua organização.
- Poupe o tempo do leitor: o processamento técnico deve ser usado para recuperar a melhor informação em menos tempo. A quarta lei discorre sobre a melhor aquisição de materiais,

sobre catalogação, classificação e indexação, sinalização das estantes, e reforça o serviço de referência como elo entre a unidade de informação e o usuário. Esta lei está em consonância com o modo capitalista de produção, onde a informação tem peso e valor. Por isso, ela deve ser levada a quem precisa de forma rápida e eficiente. Os materiais que compõe o acervo de uma biblioteca têm que fazer a passagem quantitativa de dados para um estado qualitativo, a informação, com o mínimo de tempo e dispêndio de recursos possível.

- A biblioteca é um organismo em crescimento: Ranganathan vai dissertar na quinta lei sobre a função de planejamento e organização das bibliotecas, fazendo uma analogia com um organismo. Diz ele que “um organismo em crescimento absorve matéria nova, elimina matéria antiga, muda de tamanho e assume novas aparências e formas” (RANGANATHAN, 2009, p. 241). Há uma relação intrínseca com as leis da dialética da ação recíproca – processos encadeados que levam à mudança - e da passagem quantitativa à qualitativa, que faz a biblioteca adaptar-se lentamente, até a ocorrência de uma transformação evidente. Todos os elementos que compõe a Biblioteconomia podem ser analisador pela quinta lei. Por isso, planejar, adequar e perceber que a dinâmica de uma biblioteca vai se alterando e se adequando a cenários sociais são aspectos dessa lei.

A tese central das leis de Ranganathan é fazer a Biblioteconomia presente na vida e no cotidiano de uma comunidade. Ele criou preceitos genéricos, capazes de sofrer ajustes às peculiaridades de cada unidade de informação. Para o bibliotecário indiano, oferecer os melhores serviços aos usuários são etapas embasadas nas cinco leis.

A antítese fica por conta da generalização que, mesmo assim, não consegue abarcar a todos: nem todos os livros são para usar, nem todo usuário quer ler, e usa o espaço da biblioteca para outros fins (como usar o computador e a internet), há pesquisas que demandam tempo do leitor e do bibliotecário, e se ela for feita de modo apressado, os resultados recuperados podem não ser satisfatórios.

A síntese é perceber que a biblioteca é um organismo em crescimento, pois cresce na medida em que a sociedade a qual serve cresce também. Ela é reflexo do grupo social e tem nela o parâmetro de atuação, podendo estender-se além de suas necessidades. Investir em recursos humanos, em capital, em valorização vai proporcionar a efetivação das leis de Ranganathan, e, dentro de uma configuração capitalista da economia, também poderá fazer com que vantagens econômicas possam surgir. Mostrar os benefícios de manter e melhorar

bibliotecas é o cerne das leis do bibliotecário indiano, e ainda encontram eco na sociedade contemporânea.

## 5.2 BIBLIOTECÁRIO: IMAGEM E PRÁTICAS

Pensar dialeticamente um grupo profissional significa transitar em dois sentidos: sua imagem social, construída historicamente e das condições políticas e econômicas da sociedade com o fazer cotidiano. Nesse sentido, refletir de forma dialética sobre a Biblioteconomia contemporânea é olhar para a imagem e prática de seus profissionais – os bibliotecários como mediadores, gestores e curadores da informação. Cabe aqui tentar compreender como as mudanças de paradigmas afetaram e continuam a afetar tanto o fazer como a imagem social de bibliotecários e bibliotecárias.

Um primeiro passo na compreensão é a busca do significado do que é bibliotecário. Fonseca (2007, p. 91) diz que “o substantivo *bibliotecário* [...] vem do latim *bibliothecarius*. [...] Supõe-se, mas não está explícito, que tal pessoa tenha conhecimentos em biblioteconomia” (grifos do autor). O bibliotecário é o profissional da informação, e baliza sua atuação através das alterações sociais, econômicas e tecnológicas da sociedade (MILANO E DAVOK, 2009, p. 253).

Sensível às novas configurações profissionais, a visão de Vieira (2014, p. 4) lista alguns sinônimos pelos quais o bibliotecário é reconhecido hoje, demonstrando o quanto as possibilidades de atuação foram expandidas:

o termo “bibliotecário” possui muitos sinônimos, devido à nova realidade que exige a modernização do profissional e, com isso, sua especialização o leva a utilizar novas denominações usadas para profissionais da área da informação como: agente de informação, profissional do conhecimento, trabalhador do conhecimento, bibliotecário, arquivista, gestor da informação, museólogo, analista de sistemas, comunicador e informático, etc.

Na descrição disponibilizada pela Classificação Brasileira de Ocupações, no site do Ministério do Trabalho, bibliotecários e documentalistas têm suas profissões conceituadas da mesma forma, conforme lembra Vieira (2014, p. 4):

Disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão

cultural; desenvolvem ações educativas. Podem prestar serviços de assessoria e consultoria.

Na busca pelo perfil deste profissional em livros, periódicos e base de dados, a maioria dos resultados obtidos trata sobre o avanço da tecnologia no fazer bibliotecário e sua reação frente às mudanças. Porém, para traçar um paralelo a respeito do impacto da transformação no fazer bibliotecário, é preciso resgatar a imagem socialmente construída através do tempo.

Os bibliotecários, quando do início da atividade, eram eruditos, pessoas letradas que tiveram acesso aos estudos e aos livros clássicos. Quando se começou a estudar este campo profissional, a primeira influência foi de cunho humanista, de origem europeia, privilegiando aspectos gerais, como uma arrumação de livros de maneira simples, valorizando mais a beleza e a aparência dos livros, o *status* proporcionado por uma biblioteca, do que seu efetivo conteúdo. Após a década de 40 do século XX, o pragmatismo americano prevaleceu, com suas técnicas e regras, colocando o bibliotecário como um profissional que atua através de procedimentos escritos rígidos, seguidor de métodos universais rígidos para organização de coleções.

Talvez por isso, ao longo de sua trajetória, ele veio acompanhado de um estigma associado à sua imagem: uma postura rigorosa, sempre pedindo silêncio aos usuários a toda hora, e que está numa biblioteca apenas para arrumar livros na estante. O senso comum multiplica essa ideia, tentando encaixar o bibliotecário num rótulo, de modo a referir-se a esse profissional e logo de pronto trazer à mente essa imagem acabada, acrítica.

[...] a imagem popular da profissão é associada a mulheres, em geral idosas e, especialmente, com dois adereços principais, como uma espécie de marca registrada, que são os indefectíveis óculos e o famigerado coque nos cabelos, além de uma postura geralmente antagônica e pouco receptiva para os usuários, provavelmente em gesto que indique um enfático pedido de silêncio. (WALTER; BAPTISTA, 2007, p.30).

Como muito dos serviços públicos oferecidos no Brasil, a ideia de ineficiência também aderiu às bibliotecas, já que a maioria delas sempre foi pública (seja de foro municipal ou estadual), e tudo o que era associado ao serviço público ganhava a alcunha de burocrático. Burocracia, no senso comum, tem a ver com infundáveis papeladas, entraves e ineficiência, e não como método racional de organização. O bibliotecário como o rosto da biblioteca, também ganhou a alcunha de chato, de rigoroso, de ineficiente.

Souza (2006, p. 28) descreve que

o que se pode extrair é que a visibilidade social de bibliotecário e cientista da informação tem relação direta, sobretudo, com o modo como a sociedade está organizada economicamente (pelo tamanho e pela complexidade de produção de bens e serviços). Fatores econômicos quando articulados com muitos investimentos em educação, e que induzam a sociedade a ser cada vez mais leitora e produtora de muito mais literatura e registros escritos e a deter grandes acervos documentários certamente, fixarão melhor a necessidade das profissões e dos bibliotecários e cientistas da informação.

Um país pouco incentivador da leitura – e da cultura em geral - como o Brasil, em que o índice de analfabetismo era alarmante, e a presença de bibliotecas e de livros não alcançava toda a extensão nacional, o bibliotecário era um quase estranho no cenário nacional.

Além disso, muitos profissionais que trabalharam no espaço da biblioteca (e, em muitos lugares, apenas um “cantinho de leitura”) não eram bibliotecários: professores, pedagogos ou pedagogas, um técnico administrativo, que ou era um apaixonado pelos livros ou estava em vias de se aposentar e lá ficava à espera da liberação de seus proventos. Talvez apontar a pessoa inadequada que tomava conta deste espaço ajude a esclarecer a baixa valorização do bibliotecário. Outras questões, além dessas, podem ser apontadas:

A imagem preconcebida e associada frequentemente a imagens negativas pode ter várias explicações relacionadas [...] a um “poder”, por ser o intermediário entre o conhecimento e a ignorância. O bibliotecário, que tem suas raízes ligadas à erudição, às vezes, é visto pelo usuário como um profissional que domina todo o conhecimento que a instituição biblioteca pode conter o que também é uma percepção equivocada. Para os profissionais, seria melhor e mais importante serem vistos como intermediários e facilitadores entre um repositório de conhecimento e aquele que procura informação, exercendo assim suas funções de informar, de educar ou de organizar a informação. Mas isso nem sempre ocorre. (WALTER; BAPTISTA, 2007, p.37).

Há uma primeira contradição evidente entre o fazer bibliotecário e a imagem percebida pela sociedade: a intermediação apontada ao profissional, função primordial da profissão, queria facilitar a usabilidade do acervo, mas o bibliotecário não era tido como amigável ao usuário, e dava mais importância às características técnicas e administrativas dos que aos frequentadores da biblioteca. Um profissional resignado à rotina *versus* procura de informações por parte dos usuários.

A criação e disseminação de ferramentas tecnológicas trouxeram transformações para as teorias e as práticas bibliotecárias. Se antes a preocupação era acervo e conservação, agora passa a ser a propagação da informação como componente social, tendo o usuário como parte importante do processo. “A grande mudança na área de biblioteconomia é a mudança do paradigma do acervo para o paradigma da informação” (VALENTIM, 1995, p.4). O que era objeto de preservação torna-se elemento-chave para a valorização do trabalho na biblioteca.

De acordo com Almeida Júnior (1997, p.92):

[...] não basta espalharmos bibliotecas em cada quarteirão, em cada esquina. É preciso que o bibliotecário que atuar nessas bibliotecas seja um outro bibliotecário; é preciso que ele saiba que o seu trabalho pode e deve alterar pensamentos e comportamentos; é preciso que ele vá até a população, que ele procure o povo, que ele trabalhe com a comunidade.

O que mudou de uma visão para a outra? A inserção tecnológica é uma resposta. Mas a transformação de cunho mercadológico da biblioteca e do bibliotecário merece atenção porque “o profissional trabalha, atualmente, com a informação, e não mais com o suporte em que a informação está registrada. O usuário passa a ser seu foco principal, e não mais o acervo, ao mesmo tempo que a disseminação passa a ter mais importância que a preservação”. (ROCHO, 2007, p. 30).

As palavras de Rocho (2007) são esclarecedoras para situar o bibliotecário na contemporaneidade. O profissional bibliotecário do futuro é muito mais que um sujeito passivo frente ao seu local de trabalho. Espera-se dele, hoje, uma proatividade, um envolvimento com os outros setores do seu local de atuação.

Nos dizeres de Satar (2011, p. 3), os bibliotecários modernos são aquelas pessoas “que cedem informação para além das paredes de suas bibliotecas, com organização, pensamento crítico, sentido de orientação, devoção e simpatia para as pessoas a quem serve, flexibilidade e inovação”.

Hoje ele o “moderno profissional da informação”: ágil, dinâmico, integrado etc. Mais do que isso, o bibliotecário tem que acompanhar a tecnologia, ou então ficará obsoleto. Conforme Milano e Davok (2009, p. 253) “atualmente, esse profissional deve estar sempre atualizado, tendo uma visão multidisciplinar. O mercado necessita de bibliotecários multidisciplinares e que gerem serviços de excelência”.

Targino (2006, p. 175) diz ainda:

É o momento de, como qualquer outro especialista, o bibliotecário atuar com criatividade, dinamismo, visão de mundo interdisciplinar e transdisciplinar, desenvolvendo habilidades na síntese da informação e conhecimento nas áreas gerenciais e de políticas de informação; além do domínio pleno das novas tecnologias.

A mudança qualitativa é evidente: houve pequenas mudanças quantitativas na trajetória biblioteconômica para a transformação mais contundente: a tecnologia aplicada aos serviços de informação. O que vem sendo pensado hoje é como todas as alterações vão



impactar na continuidade da profissão bibliotecário. Os estudos de Le Coadic (2004, p. 106) mostram que “a evolução das profissões de informação está ligada, muito de perto, ao progresso da ciência e da tecnologia da informação”.

Fala-se que o profissional da informação tem um papel social, firmando um compromisso com a comunidade, por conhecer os meandros da pesquisa e da disseminação de conhecimentos (MORAES; LUCAS, 2012).

O bibliotecário e pensador da Biblioteconomia brasileira Almeida Júnior (1997, p. 101) já falava a respeito do bibliotecário trabalhar com outros suportes de informação que não o impresso. Uma das áreas de atuação do bibliotecário está nas empresas, trabalhando com inteligência competitiva (IC). Para Prescott & Miller (apud VIDIGAL e NASSIF, 2012, p. 96) “a atividade de IC pressupõe o uso sistematizado de informações obtidas ética e legalmente, relativas ao ambiente competitivo geral para que a organização possa estabelecer tendências e cenários e possam responder mais rapidamente as alterações de mercado do que seus concorrentes”. Bibliometria, banco de dados, centros culturais, entre tantos outros, são muitos os espaços em que o bibliotecário pode prestar seus serviços.

Independente de onde os caminhos profissionais do bibliotecário levarão, é interessante notar que a lógica do mercado tem penetrado nas reflexões teóricas da área. Fica de lado a criticidade se esse estilo gerencial proativo trará consequências positivas ou não. A sociedade, de modo geral, parece não perceber a real importância desse trabalho. Pinto (2005, p. 34) afirma que

os próprios bibliotecários e a sociedade parecem não reconhecer outros saberes do campo, fazendo com que a sua notoriedade perante o conjunto da sociedade seja ratificada quase sempre em relação aos seus aspectos pragmáticos e cartesianos, em uma percepção míope do que seja este campo de atuação.

É possível, a partir de tudo apresentado, elencar algumas contradições. A imagem do bibliotecário perante o *corpus* social parece melhorar quando se aproxima de estilos já consagrados pela mídia e pelo senso comum, não porque o bibliotecário mediou e disseminou a informação desejada pelos usuários, mas sim por causa de um estereótipo administrativo valorizado. Um outro ponto é o uso de tecnologias que facilitam o trabalho operacional, mas tendem a tornar o bibliotecário obsoleto, inoperante.

Em um artigo crítico, Martins (2014, p. 164-185) disserta sobre a importância do bibliotecário como mediador. A mediação, segundo a autora, não pode acontecer apenas entre a informação e o usuário, mas sim “procurar ultrapassar os limites do pensamento imediato para o mediato” (IDEM, p. 181). Em outras palavras, muito mais do que um elo numa cadeia,

num processo administrativo ordenado mecanicamente, o bibliotecário tem que confrontar, tem que promover a reflexão, o pensamento global engajado.

O prioritário é democratizar a informação, o primordial é possibilitar de todas as maneiras, condições para o acesso da comunidade a informação, permitindo principalmente que ela possa também gerar e produzir, não só informação, mas cultura, veiculando seus interesses, suas ideias, suas propostas, suas soluções. (ALMEIDA JUNIOR, 1997, p.23)

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) é também um ponto de contradições para os profissionais da informação. Ela tanto auxilia quanto descarta o bibliotecário. Ajuda quando opera dados e metadados repetitivos, na classificação, na indexação e na catalogação. A organização de base de dados e repositórios, periódicos científicos digitais também fazem uso das TICs. Conquanto um apoio, ela dá a impressão de que o conhecimento já está todo organizado, e a mediação do bibliotecário não se faz mais necessária. Nesse sentido, diz Castro (2000b, p.145):

Contudo, não entendemos estes momentos dentro de uma perspectiva evolucionista, ou quiçá, como um processo de substituição de práticas e atuações antigas por outras consideradas modernas, mas a concebemos como o acúmulo de experiências e adaptações às novas ordens e exigências sociais, científicas, tecnológicas etc. dos tempos hodiernos que estabeleceram outras formas de comunicação, de linguagem, de relacionamento, entre o homem e a máquina (computadores), entre a natureza e a cultura, entre o local e o mundial, entre o fazer e o pensar e, principalmente, no modus operandi do indivíduo frente aos seus valores, comportamentos, atitudes e nas suas conexões com o mercado de trabalho e com o capital.

É possível perceber que mudança dialética perpassa a trajetória profissional da informação. Os momentos que definem a história deste trabalhador vêm carregados de contradições, de paradoxos que têm no século XXI o seu apogeu. O bibliotecário passou de simples guardião de livros e hoje manuseia a informação em vários suportes e a espalha. A contradição inerente à sua atividade diz respeito a ser um autômato comandado por teorias gerenciais ou ser um cidadão que compreende o poder do conhecimento para a melhoria social.

A lei dialética que fala sobre a passagem da quantidade para a qualidade fica evidenciada quando trata sobre o impacto da tecnologia. A primeira alteração aparece assim que o bibliotecário de formação humanista perde lugar para a Biblioteconomia pragmática. Num momento posterior, a explosão informacional cria o profissional denominado cientista da informação, que vai tentar mensurar o conhecimento usando técnicas das ciências exatas, enquanto o bibliotecário vai voltar sua atenção ao usuário, apoiando-se em estudos da

Psicologia, da Comunicação, Antropologia entre outros. Atualmente, o meio virtual coloca o bibliotecário diante de novos desafios, pois a possibilidade de disseminação e preservação da informação torna-se praticamente infinita.

As palavras de Demo (2000, p. 41) são elucidativas quanto ao atual cenário do fazer bibliotecário:

A inteligência [dos profissionais da informação] está na habilidade de lidar com a ambivalência. Aprender é, sobretudo, saber pensar, para além da lógica retilínea e evidente, porque nem o conhecimento é reto, nem a vida é caminho linear. Saber criar depende, em grande parte, da capacidade de navegar em águas turvas, saltar onde menos se espera, vislumbrar para além de que é recorrente. A informação não pode ser receita pronta, mas o desafio de criar, mudar, refazer. O risco de manipulação é intrínseco, mas é no risco que podemos reduzir a manipulação. A sociedade da informação informa bem menos do que se imagina, assim como a globalização engloba as pessoas e povos bem menos do que se pretende. Na sociedade da mercadoria, mercadoria vem antes (grifo nosso).

Nesse contexto, o bibliotecário não pode ser dono de uma “receita pronta”, conhecedor de técnicas e procedimentos, ou ser agente mercadológico que apenas propaga conhecimento de forma acrítica. Na tal “sociedade da mercadoria”, a contradição evidente é a da transformação da informação e do conhecimento, elementos portadores de mudança em meros vetores de reprodução acrítica. A mudança, aspecto fundamental da dialética, acompanha a prática do bibliotecário na disseminação do conhecimento.

Depois de ter um primeiro contato com o desenvolvimento histórico do bibliotecário e suas práticas, Heráclito vem à mente, dizendo que nada permanece, tudo está em perpétua mudança. Isto se aplica adequadamente a este profissional.

Platão pode ser citado na medida em que o bibliotecário pode estar dentro da caverna, apenas a redizer a informação e o conhecimento estabelecidos, ou pode ir para fora da caverna e assumir um papel de liderança, efetivamente ajudando a descobrir novas informações e construir novos conhecimentos.

Em seguida, Hegel e sua análise dialética encontram relação com o bibliotecário quando este se torna uma espécie de *Geist*, participando do mundo e, através do seu trabalho, transforma-o ao disseminar o saber. O livro, o periódico, qualquer suporte de informação também muda o bibliotecário, o consultante, a comunidade.

O materialismo histórico de Marx e Engels é identificado quando se percebe que o trabalho do bibliotecário sempre foi influenciado pelas condições históricas e sociais que o cercavam. Os dispositivos e conhecimentos disponíveis para que pudesse exercer seu ofício sempre foram resultado do contexto onde estava inserido.

A lei dialética da mudança ajusta-se à história da imagem e da prática desse profissional da informação. Era exigida, no início, uma postura que se pode definir como erudita, e hoje pede-se que sejam demonstradas a dinamicidade, a rapidez, que se busque a técnica, mas que não deixe de lado o aspecto da cidadania.

A ação recíproca pode ser mencionada com a técnica inerente ao fazer profissional. Dentre tantos processos que culminam na disponibilização de informações para usuários surge a biblioteca como centro de educação, cultura e lazer para a comunidade.

A interpenetração dos contrários pode ser pensada no sentido de que o bibliotecário e a biblioteca não detêm todas as informações produzidas pelo ser humano em sua trajetória histórica. Tendo a pretensão de ser o local onde se encontra o produto da Ciência, são eles intermediadores, pontes entre o saber e a sociedade.

A passagem de um estado quantitativo para outro, qualitativo, aparece quando juntam-se as técnicas e procedimentos, com a função de informar, educar e entreter.

Depois de analisar a ação dos bibliotecários através da quatro leis da dialética, é possível apontar algumas teses. Uma delas diz respeito à imagem do bibliotecário como agente da informação. Os primeiros bibliotecários eram eruditos, privilegiados que sabiam ler e tinham amor pelos livros. Hodiernamente, eles são profissionais conhecedores de técnicas e procedimentos para encontrar informações que atendam aos anseios dos usuários. O uso da tecnologia ampliou seu espaço de atuação, favoreceu o acesso a fontes de informação, contribuindo para que o tempo e os custos decrescessem. O moderno profissional da informação é compelido a acompanhar os anseios dos usuários, mudando o foco do acervo e da guarda, de modo a propagar as informações contidas nos documentos.

A antítese encontra-se no trabalho com informação sem a reflexão referente. Exercer funções de organização e disseminação, mas sem pensar criticamente no que se trabalha e sobre o que se propaga cria um exército de pessoas aptas a serem exploradas. A tecnologia que poderia ser uma forma de melhoria da disseminação da informação transmuta-se em agente equalizador. Além disso, a constante ameaça de que a tecnologia disponível poderá substituir os bibliotecários. O papel do bibliotecário como mediador foi muito incentivado e estudado pelos cientistas biblioteconômicos (MARTINS, 2014). Entretanto, as informações disponibilizadas na Internet não precisam de mediação, a figura do bibliotecário não encontra importância na interação usuário-Internet. A configuração capitalista também evidencia contradições, quando da nova denominação do bibliotecário em “moderno profissional da informação”: o bibliotecário não cuida apenas do acervo, dos processos e dos usuários, mas agora como um operário acrítico, isento, inserindo-se de qualquer maneira num contexto

amplo de disseminação da informação. Apenas assim podem manter seus empregos, destacando conhecimentos úteis e valiosos para as organizações em que trabalham, no menor tempo possível.

A síntese é a harmonia entre o modo de produção capitalista, que exige rapidez e eficiência, com as teorias e práticas que fazem do bibliotecário o que ele é. Usar a tecnologia a favor de melhorias, e não para substituir profissionais. As mudanças são inevitáveis, e os bibliotecários podem ser agentes de transformações, uma vez que trabalham com informações e conhecimentos.

## 5.2 PROCESSAMENTO TÉCNICO DA INFORMAÇÃO

O trabalho biblioteconômico, de acordo com Vieira (2014), é composto de várias faces: serviço de referência, formação de coleções, identificação e uso de fontes de informação, entre outras. Entretanto, três subáreas configuram o eixo fundamental que compõem a prática do bibliotecário: a classificação, a catalogação e a indexação de documentos. Elas são importantes no fazer da Biblioteconomia e foram muito influenciadas pelo uso das novas tecnologias. Aqui elas são conceituadas e descritas, para que se possam encontrar contradições peculiares ao seu desenvolvimento.

### 5.2.1 Classificação (Organização do conhecimento)

Quando se fala em disseminação da informação feita pelas bibliotecas e unidades de informação, é preciso discorrer sobre o processamento técnico que a informação sofre. Independentemente do tipo de suporte, faz-se necessário falar sobre qual o assunto, suas características físicas, seus principais conceitos, e como ele pode ser localizado, seja numa biblioteca, seja virtualmente. A esse processo, dá-se o nome de organização do conhecimento.

A organização do conhecimento (OC) “é a expressão mais abrangente para designar a função da biblioteca desempenhada pela classificação” (LANGRIDGE, 2006, p. 19). Pode também ser entendida como todos os procedimentos que visam ao armazenamento e recuperação da informação. De acordo com os estudos de Alvares (2012, p. 30), este define-se pelo “modo como ele é disposto em assuntos em toda parte onde se deseja a sua sistematização ordenada para atingir determinado propósito”.

Bräscher e Café (2010, p. 92) afirmam que “o produto do processo descritivo dos documentos é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional descritivo”.

A classificação tem por objetivo organizar coisas e processos de modo a serem melhor recuperadas. Segundo Langridge (2006, p. 23), “classificar é o fundamento do ato de conhecer”.

A classificação pode ser dividida, embasado em Triaca (2015, p. 20). em:

- Filosófica: quando intenta tornar o conhecimento humano um sistema passível de hierarquização. Platão, Aristóteles, Cassiodoro, Porfírio são os mais destacados representantes;
- Bibliográfica: tem o propósito de organizar a disposição física de documentos em um acervo. O objetivo é recuperar a informação, tendo as seguintes finalidades: ordenação dos documentos nas estantes ou nos arquivos e ordenação das referências nas bibliografias e nos catálogos.

Nas palavras de Triaca (IDEM, p. 20) os conceitos-base imprescindíveis aos sistemas de classificação bibliográfica são:

- a) Classes gerais, fundamentais ou básicas: são todos os campos temáticos em toda a sua extensão, isto é, as divisões do conhecimento humano a que se aplicam subdivisões; devem ser flexíveis e expansivas para suportar a inclusão de novos conceitos;
- b) Subdivisões ou facetas: são aspectos particulares de um assunto ou objeto vistos sob determinado ponto de vista; são termos genéricos que denotam os aspectos básicos de um assunto simples; devem apresentar uma estrutura que proceda do geral para o particular, ou seja, uma ordem lógica, sistemática e compreensível;
- c) Divisões auxiliares: são as que permitem a sistematização segundo a forma, lugar, tempo e outras;
- d) Notação: são signos (números, letras, sinais, cores), que representam os nomes das categorias, classes e subdivisões - devem ser flexíveis e manejáveis;
- e) Signos de relação (alguns sistemas os utilizam): são os que representam as relações por sinais de pontuação (+ / , . : ; etc.) e devem permitir combinações de distintos âmbitos conceituais;
- f) Índice alfabético: remete à notação na estrutura classificatória e facilita o uso, pois localiza rapidamente um assunto dentro do esquema sistematizado.

Houve uma passagem quantitativa para qualitativa quando da criação da Classificação Decimal de Dewey (CDD) e da Classificação Decimal Universal (CDU), materialização da classificação bibliográfica. Com estes dois códigos, houve a tentativa de se organizar o conhecimento de forma universal, de modo que todas as pessoas pudessem entender e usar. São amplamente utilizadas nas bibliotecas e unidades de informação. Contemporaneamente, está ocorrendo uma outra passagem da quantidade para qualidade, com a popularização de

livros e documentos digitais. As ontologias, as taxonomias, os tesouros, a classificação pervasiva têm o intuito de levar os conceitos de classificação para os objetos digitais.

Apesar do nobre objetivo, a classificação é contraditória por natureza, como diz a lei da mudança dialética. Os documentos e os objetos existentes no mundo são complexos, mutáveis, e difíceis de abarcar em um só conceito, como quer a classificação. Muitas vezes a facilidade pretendida em encaixar um conjunto de temas numa única definição da CDD ou da CDU não garante que o usuário vá recuperar a informação pretendida. É possível afirmar que os códigos de classificação são uma síntese provisória, e de acordo com Grolier (1982, apud TRIACA, p. 14) “a classificação é um artefato cultural que depende não somente dos parâmetros culturais, mas também dos políticos, dos econômicos, das condições sociais, entre outros”. Todos estes fatores influenciam para que não haja uma “teoria geral da organização”:

O conceito de classificação e organização do conhecimento traz a impossibilidade subjacente de uma teoria geral da organização, sistematização e classificação universal tanto sob o ponto vista teórico quanto prático, encontrando-se a própria classificação impregnada por um caráter provisório. A efemeridade é um traço comum a todos os sistemas, pois estão sempre sujeitos a numerosas concepções e mudanças que os estruturam e delimitam. (TRIACA, 2015, p. 13).

A organização do conhecimento tem um caráter histórico, como preconizava Hegel, mas reveste-se de uma materialidade, assim como afirmado por Marx. Isso porque ele depende da capacidade do ser humano em sistematizar a realidade que o cerca em conceitos e conhecimento. Há uma ação recíproca que faz estes conceitos e conhecimentos permanecerem, mas de forma que se alterem quando da descoberta de novos dados. Por isso:

A organização da informação não é dada a priori, mas sim é o resultado de formações históricas voltadas para a manutenção social. Uma reflexão de natureza histórica e historiográfica em relação à figura e ao papel dos responsáveis do que, para cada época, representou documentos e monumentos, significa constituir um tecido sólido para uma reformulação, no presente, de tarefas de um campo que se gera nas novas necessidades da Info-esfera. Ao mesmo tempo, significa também reconhecer responsabilidades e limites de quem atua nesse campo, em relação à manutenção e renovação das estruturas dos saberes. É, de fato, através de escolhas classificatórias e de representação que se torna possível a manutenção dos conhecimentos (ALMEIDA; CRIPPA, 2005).

A classificação é contraditória por natureza. Ela nega os princípios de Heráclito, que preceitua que tudo está em um fluxo de mudança ao fixar em uma única categoria o objeto classificado. Não encontra ecos na dialética platônica, pois a classificação quer ser uma, não quer revelar verdades através do seu método.

A premissa de um código de classificação encontra bastante pertinência no materialismo marxista. Isso porque a ideia de reunir num único lugar uma forma de classificar todo o conhecimento produzido pelo homem ao longo de sua trajetória história encontra ecos com a *práxis* e com a realidade. A concretização desse propósito é apenas uma maneira de se criar uma técnica de trabalhar a informação.

Em que pesem elementos históricos ligados à organização do conhecimento, é impossível materializar todo o saber em um código de classificação. As condições materiais hoje – o advento da internet, o compartilhamento em rede – permitem intercambiar sistemas de classificação. Mesmo assim, é utópico pensar que todo o conhecimento cabe em um código de classificação, seja ele físico ou digital.

A lei dialética da interpenetração dos contrários é evidente aqui, uma vez que a classificação é paradoxal por natureza. A ação recíproca é melhor percebida na prática do bibliotecário, uma vez que muitos documentos não se prestam a ser classificados pois são complexos, interdisciplinares. Portanto, a tese é de que informação e conhecimento são dinâmicos, e encontram sua antítese nessa tentativa de controle.

Portanto, a tese da classificação é colocar em organizar o conhecimento de forma hierárquica, encaixando um documento em um dos assuntos listados no código. Isto tem o propósito de melhor recuperar a informação nos acervos da biblioteca, pois a organiza de uma forma lógica. Para o ambiente digital, estão sendo criadas novas formas de classificação, de maneira que os documentos contidos em suportes eletrônicos possam também ser recuperados de modo eficaz e que os esquemas de classificação acompanhe a evolução dos suportes e dos novos conhecimentos.

A antítese vem da complexidade das informações. Em muitos casos, o código de classificação não consegue delimitar em si os vários assuntos de um documento. Além disso, a atribuição de um número de classificação pode esconder uma obra, dificultando de modo fatal sua recuperação, uma vez que classificar é ato subjetivo, pois cada bibliotecário pode interpretar o assunto de uma forma, e os objetivos institucionais não são os mesmos para as organizações. A classificação restringe ao tentar organizar, condensa conceitos em uma única acepção e tem uso restrito às bibliotecas, sendo de pouca valia para outras unidades de informação.

A síntese pode ser encontrada em sistemas de classificação que consigam expressar a complexidade do conhecimento. A padronização pode, muitas vezes, ser um empecilho. Por isso, buscar conceitos e instrumentos que se adequem às necessidades informacionais de usuários com diferentes expectativas é o objetivo a ser alcançado.



## 5.2.2 Representação Descritiva

Saber qual o conteúdo e a forma dos materiais constituintes de uma biblioteca são aspectos relevantes da prática biblioteconômica. Por isso, foi criada a catalogação. Também denominada representação descritiva, é definida por Mey e Silveira (2009, p. 7) como

o estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários.

De acordo com os estudos de Ferraz (1991, p. 92), a catalogação é o “processo de preparar um catálogo ou de preparar registros bibliográficos que se tornam entradas no catálogo”. O conceito estabelecido por Martinho (2010, p.40) diz que a catalogação é um “conjunto de estratégias que se realizam sobre um recurso informacional, com o propósito de representá-lo a partir de suas características físicas e intelectuais, para estabelecer pontos de acesso para seu arranjo, identificação e recuperação no acervo”. Utiliza-se hoje, majoritariamente, o *Anglo American Cataloging Rules, AACR, 2ª edição*.

A elaboração de catálogos é uma atividade intrínseca do bibliotecário-catalogador. Segundo Martinho (2010, p. 44), o catálogo é fonte de informação a respeito do que existe na biblioteca, atuando como elo entre a informação e o usuário.

A introdução do catálogo na história da humanidade passou a caracterizar a biblioteca não como mero depósito de livros. O catálogo então representou, representa e representará o instrumento para localizar determinado item bibliográfico na biblioteca, com a função de agrupar informações para seus usuários (FERRAZ, 1991, p. 90).

O catálogo tem alguns objetivos, sistematizados pela primeira vez em 1880 pelo bibliotecário norte-americano Charles Ammi Cutter (1837-1903) (apud MEY; SILVEIRA, 2009, p. 12. São eles:

- (1) Permitir a uma pessoa encontrar um livro do qual seja conhecido:
  - (a) o autor,
  - (b) o título,
  - (c) o assunto;
- (2) Mostrar o que a biblioteca possui:
  - (d) de um autor determinado,
  - (e) de um assunto determinado,
  - (f) de um tipo determinado de literatura;
- (3) Ajudar na escolha de um livro:
  - (g) de acordo com sua edição (bibliograficamente),
  - (h) de acordo com seu caráter (literário ou tópico).

O processo de catalogação apresenta duas etapas: a catalogação descritiva, que descreve fisicamente os documentos: tamanho, dimensões, paginação etc.; e a catalogação de assunto, que corresponde à identificação do conteúdo, da temática do documento, de modo que se possa atribuir o ponto de acesso por assunto.

Na tentativa de agilizar o processo de catalogação, uma vez que ele é demorado, repetitivo e bastante minucioso, Siqueira (2003, p. 33) discorre sobre a criação de “sistemas de alimentação de catálogos e bases de dados bibliográficos e catalográficos”, a saber:

- Catalogação na publicação: os documentos publicados circulem já catalogados, o livro já vai com a ficha catalográfica impressa no verso da folha de rosto (BARBOSA, 1978, p. 118);

- Catalogação cooperativa: nesse programa, bibliotecas participantes catalogam em cooperação e mandam a ficha para uma biblioteca central, que ficam responsáveis por normatizar e distribuir para a coletividade (IDEM, p. 71);

- Catalogação centralizada: feita por uma biblioteca central responsável pela catalogação e redistribuída para as instituições associadas. Exemplo: bibliotecas universitárias, onde a central cataloga e envia a ficha às outras bibliotecas setoriais da Universidade (IDEM, p. 71).

Os programas acima descritos tinham o objetivo de “criar métodos que permitissem a catalogação de um documento fosse feita uma única vez, de modo a aperfeiçoar o processo e para que houvesse redução de custos” (SIQUEIRA, 2003, p. 33).

Isso porque, como mencionado, a criação de fichas catalográficas é um exercício trabalhoso, e de acordo com Siqueira (IDEM, p. 31) “exige que a instituição gaste recursos financeiros, tempo e recursos humanos, especializados, num processo às vezes repetitivo”. Por isso, refletiu-se a respeito de todos os elementos que influem no método catalográfico:

Qual o preço de uma catalogação? Qual o tempo gasto na elaboração de uma ficha? São perguntas com várias respostas, pois a catalogação é uma atividade de múltiplos aspectos e verificação. Depende de vários fatores: tipo de biblioteca, tipo de registro desejado, completo ou simplificado; e um particular, de pessoal qualificado que tenha, principalmente, conhecimentos técnicos, de língua estrangeira e cultura geral. Acrescente-se a tudo isto a dificuldade na análise e interpretação das páginas de

rosto cuja diagramação, na maioria das vezes, omite dados fundamentais o que provoca excessiva demora nas pesquisas essenciais, na descrição correta de uma obra e na determinação exata de sua autoria principal (BARBOSA, 1978, p. 72-73).

Com o aumento do número de livros, periódicos e documentos (explosão bibliográfica), houve a necessidade de oferecer serviços em maior profundidade, de forma mais rápida para atender maior número de usuários, e que levaram as bibliotecas dos países desenvolvidos a fazer uso de computadores para processamento de vários serviços. De acordo com Barbosa (1978, p. 196), “por meio de processos simplesmente manuais tornava-se impossível garantir o tratamento técnico atualizado das coleções e o atendimento, em tempo hábil, aos usuários”.

Um resultado material dessa nova configuração é a criação do MARC21. O *Machine Readable Cataloging* tem sido descrito como padrão de metadados do domínio bibliográfico. Enquanto padrões de metadados (atributos codificados ou entificadores de uma entidade), cada Formato MARC 21 apresenta “um conjunto predeterminado de metadados metodologicamente construídos e padronizados” (ALVES, 2010, p. 47-48).

De acordo com os estudos de Siqueira (2010, p. 41), o MARC21 é um formato que se caracteriza

por uma estrutura na qual os dados que descrevem o documento são inseridos. Essa estrutura contém campos que indicam como cada um dos dados referentes ao documento serão inseridos. Os formatos têm como objetivo descrever as informações do documento de tal modo que um computador possa interpretá-lo, criando um cenário em que qualquer usuário, em qualquer unidade de informação, recupere o documento.

Com o objetivo de “testar os benefícios e problemas da produção centralizada de registros catalográficos legíveis por computador e distribuí-los às bibliotecas usuárias” (BARBOSA, 1978, p. 202), o MARC21 tem sua utilização projetada para um ambiente computacional, de modo a auxiliar na transição de uma forma de representação para outra, considerando a familiaridade do usuário com uma representação já construída (SIQUEIRA, 2010, p. 43).

Dentre as áreas do processamento técnico, a catalogação é a que menos permite apontar contradições. Mas é possível afirmar que ela tem a pretensão de descrever os documentos de forma universal, transpondo barreiras como língua, cultura, além da adequação à unidade de informação. Mais uma vez, a realidade social molda a teoria e a

prática, já que os bibliotecários criaram a catalogação para descrever física e tematicamente o documento como *práxis*, e como forma de mostrar a cientificidade da catalogação.

A lei da ação recíproca é que melhor cabe para analisar a representação descritiva. Como um encadeamento de processos, o bibliotecário vai adequando a ficha catalográfica às suas necessidades. A passagem quantitativa para qualitativa também pode ser mencionada, já que quando o bibliotecário coloca as informações nos lugares certos, seja na ficha de papel, seja nos campos do MARC21, ao final ele terá um produto material: índices, catálogos ou fichas.

A tese da catalogação é a padronização de dados que possam localizar obras e documentos. Descrevendo fisicamente e inserindo dados em áreas predeterminadas que os tornem únicos, os livros de qualquer suporte podem ser individualizados para que não seja preciso proceder ao ato de identificar todo o acervo, quando há itens duplicados.

A antítese está nas regras rígidas e pouco afeitas a atender peculiaridades. O AACR2 preceitua uma regra para cada situação, confundindo e dificultando os bibliotecários. Uma mesma regra pode valer para um caso e não ser possível para outro, dependendo de seu contexto.

A síntese possível é a criação de mecanismos que permitam descrever o objeto, seja em que meio estiver, mas com regras claras, de fácil identificação, e que sejam práticas e usuais.

### **5.2.3 Indexação**

Quando o usuário busca em uma biblioteca ou em uma base de dados a respeito de um assunto, ele quer saber se existe material que contenha o assunto de seu interesse. A indexação é a atividade intelectual de atribuir palavras e/ou expressões que identifiquem a temática dos documentos de forma sucinta.

Indexar é uma atividade que tem o objetivo de analisar, descrever e representar um documento para criação de índices. O processo da indexação foi materializado em duas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) na NBR 12676, de 1992, que é denominada “Métodos para análise de documentos – determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação”, e na NBR 6034, de 2004, que trata de critérios básicos na elaboração de índices.

A NBR 6034 (2004, p. 1) conceitua índice como “relação de palavras ou frases, ordenadas segundo determinado critério, que localiza e remete para as informações contidas

num texto”. Já a definição de indexação foi elaborada pela NBR 12676 (1992, p.2) como sendo “ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação”.

Lancaster (2004, p.9) divide a indexação em: análise conceitual e tradução. É denominada indexação manual, quando feita pelo profissional bibliotecário, e indexação automática, quando lança mão de equipamentos automatizados para atribuir os descritores.

Para Fujita (2003, p. 64), a análise de assunto (ou conceitual) é dividida em três estágios: “compreensão do conteúdo do documento como um todo: identificação dos conceitos que representam esse conteúdo; seleção dos conceitos válidos para recuperação”. É o momento em que o bibliotecário toma contato com o conteúdo da obra, verificando quais são os temas centrais. Cesarino e Pinto (1980, p. 32) afirmam que a análise de assunto “é a operação-base para todo procedimento de recuperação de informação”.

A tradução, na concepção de Lancaster (2004, p. 18), “envolve a conversão da análise conceitual de um documento num determinado conjunto de termos de indexação”. A tradução pode ser por extração – quando os termos são retirados do próprio texto do documento – ou por atribuição (quando o indexador atribui termos que não constam no corpo da obra).

Nesta etapa, o bibliotecário fará a conversão dos descritores da linguagem natural, ou seja, a linguagem cotidiana, a que se lê e se fala todos os dias, para uma linguagem controlada, também denominada “linguagem documentária”. Isto ocorre para que seja possível criar uma lista de termos controlados que possam recuperar o(s) documento(s) desejado(s). De acordo com Cintra et. al. (2002, p. 33), “essas linguagens são, pois, construídas para indexação, armazenamento e recuperação da informação e correspondem a sistemas de símbolos destinados a ‘traduzir’ os conteúdos dos documentos”.

Três são os principais vocabulários controlados construídos através da linguagem documentária: esquemas de classificação, listas de cabeçalhos e tesouros (LANCASTER, 2004, p. 19). Do ponto de vista de Cintra et. al. (2002, p. 40), a diferença entre esses três vocabulários está na pretensão de cobrir uma gama de conhecimentos atinentes aos propósitos de cada um deles.

Para que, concretamente, o bibliotecário realize a prática de indexar, Lancaster (2004, p. 24) traz as instruções de uma norma internacional chamada *Methods for examining documents*, de 1985, que ensina:

Muitas vezes é impraticável fazer uma leitura completa, que nem sempre é necessária, porém o indexador deve assegurar-se de que nenhuma informação útil

lhe passou despercebida. As partes importantes do texto devem ser examinadas cuidadosamente, dando-se especial atenção às seguintes:

- a) título;
- b) resumo, se houver;
- c) sumário;
- d) introdução, as frases e parágrafos de abertura de capítulos, e as conclusões;
- e) ilustrações, gráficos, tabelas e respectivas legendas;
- f) palavras ou grupos de palavras que apareçam sublinhados ou grafados com tipos diferentes.

Na disposição dialética, o pensamento de Heráclito pode iniciar a análise, pois a indexação muda de bibliotecário e de listas de termos autorizados. E encontra aporte com Marx, já que os descritores dependem da realidade social em que o usuário está inserido. É preciso que ele tenha um conhecimento prévio da informação que deseja encontrar, e que saiba fazer relações entre palavras.

A prática da indexação encontra relação com a dialética materialista. É preciso que o bibliotecário tenha em mãos o texto, o livro, o documento para proceder à análise. A partir disso, ele vai executar um procedimento intelectual, de aspecto subjetivo bastante acentuado para extrair ou atribuir termos que representem o conteúdo da obra. Como cada bibliotecário é único, com experiências e conhecimentos singulares, a coincidência de termos muitas vezes não vai ocorrer. A linguagem documentária entra como uma forma de obter-se mais exatidão e regularidade na escolha dos descritores.

A interpenetração dos contrários é uma lei dialética bastante relevante para a indexação, por mostrar a contradição inerente de se proceder a uma ação imanente, subjetiva. A ação recíproca também ilustra bem o processo de indexação. As etapas da análise conceitual e tradução variam em sua execução de profissional para profissional e de unidade de informação.

A tese da indexação, que é retirar ou atribuir ao documento palavras-chave, ou descritores, para representar o conteúdo da obra, de forma a criar índices, é um dos pilares do processamento técnico e recuperação da informação na Biblioteconomia. O usuário ao buscar um livro, um documento, quer saber do que se trata, para decidir se o item atende às suas necessidades. Sem que para isso seja preciso ler todo o conteúdo, a atribuição de termos que remetem ao assunto tratado na obra são facilitadores, tanto para o público quanto para os bibliotecários.

A antítese está na subjetividade inerente à indexação. Cada bibliotecário tem uma experiência, uma forma de compreender o mundo, e isso influencia em quais termos serão escolhidos para representar uma obra. Além disso, os índices podem evidenciar descritores

que não se refiram ao documento todo, apenas a uma parte dele, muitas vezes porque a política de indexação de uma unidade de informação tenha objetivos diferentes de outras.

A síntese é buscar termos que ao mesmo tempo em que estão em harmonia com os princípios institucionais, consigam abranger o conteúdo dos documentos, recuperando aqueles que são mais relevantes para os usuários.

#### 5.4 BIBLIOTECAS DIGITAIS

De acordo com Tammaro e Salarelli (2006, p. 113), credita-se ao escritor inglês H. G. Welles “o primeiro a antever um novo órgão – o *world brain* ou cérebro do mundo -, que reuniria num conjunto a bibliografia (índices) e a documentação (textos) de todo o conhecimento existente”. Uma das visões sobre biblioteca digital diz que ela “deve ser concebida como um elemento de democratização acesso à informação instituída em meio digital, e também incluir outros meios tradicionais” (ROSETTO, 2008, p. 104).

O Memex, criado pelo cientista americano Vannevar Bush em 1945, e descrito em um artigo intitulado “*As we may think*”, é um aparato “no qual um indivíduo poderá armazenar todos os livros, registros e comunicações os quais, uma vez indexados, poderão ser consultados de forma automática” (CRUZ, 2011, p. 12). Na tradução do artigo feita por Tammaro e Salarelli (2006, p. 114), o Memex é assim descrito por Bush:

O Memex é um dispositivo no qual uma pessoa pode armazenar todos seus livros, anotações e comunicações, e que é mecanizado de modo que possa ser consultado com enorme rapidez e flexibilidade. É um complemento ampliado e íntimo de sua memória. Consiste numa escrivaninha e embora se possa imaginar que seja operada à distância, trata-se essencialmente de um móvel em que a pessoa trabalha. Na parte superior encontram-se telas translúcidas inclinadas nas quais é possível projetar material para leitura. Possui um teclado e conjunto de botões e alavancas.

O conceito de biblioteca como apoio de aprendizagem contínua aparece na década de 1960, com Licklider, no livro *Libraries of the future*, em que as redes de informação serão “fundamentais para a nova configuração das bibliotecas através do *procognitive utility net*, isto é, um serviço de apoio ao ensino, a fim de facilitar o contínuo progresso da sociedade” (TAMMARO; SALARELLI, 2006, p. 116-117).

Com a criação e popularização do computador pessoal (PC) na década de 80, o armazenamento de documentos na sua forma digital ganhou impulso e foi alvo de estudos da comunidade acadêmica. Uma das definições é a da *Digital Library Federation* (apud ROSETTO, 2008, p. 104.):

Bibliotecas digitais são organizações, que disponibilizam recursos (humanos inclusive), para a seleção, estruturação, interpretação, distribuição e disponibilização de objetos digitais, e que devem zelar por sua integridade/autenticidade, de forma que sejam acessíveis a baixo custo para a comunidade.

Na visão de Tamaro e Salarelli (2006, p. 123), três são os elementos que identificam a biblioteca digital:

O *usuário*, entendido como o público em geral ou como usuário individualizado, do qual a biblioteca precisa conhecer as necessidades específicas e as diversas atividades. Devem estar aptos a fazerem uso dos serviços disponíveis;  
Os *conteúdos*, isto é, os objetos digitais, organizados e estruturados nas coleções digitais segundo normas próprias e distribuídos em rede;  
Os *serviços de acesso*, caracterizados por interfaces ou serviços mediados pelo pessoal bibliotecário (grifos do autor).

Em sua dissertação, Borges (2000, p. 42) faz uma comparação dos serviços biblioteconômicos tradicionais e como eles seriam na biblioteca digital:

Na aquisição da biblioteca tradicional, negocia-se diretamente com a editora a compra de exemplares e novas edições a um preço muito elevado. Na configuração da biblioteca digital, os livros passam a não ter fronteiras, as compras seriam de um exemplar com diversas licenças de uso, e os preços seriam reduzidos em função da negociação com editora e/ou autores.

O processamento técnico - catalogação e classificação - é feito de forma manual e apresenta diversos pontos de identificação da biblioteca tradicional. No contexto da biblioteca digital, isso seria feito de forma automática, havendo indexação em banco de dados, com identificador único, através da digitalização e do armazenamento, buscando o desenvolvimento de material de apoio à Educação à Distância, feito por bibliotecários especialistas e equipe multidisciplinar e cooperativa.

Por sua vez, a disponibilização numa biblioteca tradicional é descrita pela autora como “organização nas prateleiras, empréstimo, renovação, devolução e reservas”. Já na biblioteca digital, ela descreve a etapa de disponibilização como “interface homem computador; mecanismos de busca; empréstimo com controle de direitos autorais; devolução compulsória ou espontânea; reservas on-line” (BORGES, 2000, p. 42).

A biblioteca digital é resultado da realidade contemporânea. O uso de equipamentos de tecnologia para conservar e disseminar informações é fruto de vários esforços e ações para que a principal função da biblioteca seja concretizada.

Pode-se perceber a ação recíproca na dinâmica das bibliotecas digitais, uma vez que elas são consequência de processos que viabilizaram a disseminação e recuperação das



informações. A passagem quantitativa à qualitativa também é evidente, já que agora as bibliotecas podem ter uma unidade física e um espaço digital para espalhar conhecimento.

Marx preconizou a dialética como a oposição entre burgueses e proletários, entre modo de produção capitalista *versus* modo de produção socialista. A tese da biblioteca digital, neste contexto, é concebida como espaço democrático que recebe tanto a burguesia como o proletariado, seja no espaço físico, seja no virtual. A antítese acontece em muitos países, onde o acesso aos computadores, à internet e a certas informações é negado pelos governos, os detentores do poder, por inúmeras razões. Uma possível síntese é a possibilidade que o conhecimento presente no meio digital, alcance os governantes e os sensibilizem para que seu país e seu povo possam se desenvolver, e que eles possam contribuir livremente para o aumento do conhecimento disponível.

## 5.5 COMPETÊNCIA INFORMACIONAL

A teoria a respeito da Competência Informacional aparece devido à enorme quantidade de informações produzidas, coincidindo com a evolução e uso disseminado das tecnologias de comunicação. Hoje, o que predomina na interação humana é a troca de informações, pois ela passou a ter uma valorização, buscando criar uma “sociedade da informação”. Para Santos e Carvalho (2009, p.46) “a sociedade da informação produz mudanças em nível fundamental da sociedade, nas relações de trabalho e produção de bens e consumo”. A partir de vasta pesquisa bibliográfica, as autoras chegam à seguinte definição:

Podemos, portanto, entender por “sociedade da informação” a sociedade que está em constituição, na qual a utilização das tecnologias de armazenamento e transmissão de dados e informação são produzidas com baixo custo, para que possa atender às necessidades das pessoas, além de se preocupar com a questão da exclusão, agora não mais social, mas também digital (SANTOS E CARVALHO, 2009, p. 46).

É preciso saber “como buscar e acessar a informação, como avaliá-la, organizá-la, transformá-la num amálgama de conhecimentos, habilidades e valores para, deste modo, aprender a aprender, de maneira independente, ao longo da vida” (DUDZIAK, 2001, p. 142). Para que se possa trabalhar com uma explosão informacional, é preciso ter um profissional que sirva de ponte entre a informação e as pessoas, um especialista em busca das melhores fontes de informação e de canais eficazes de comunicação com seus usuários ou clientes. Le Coadic (2004, p. 106), define profissional da informação como pessoas que “adquirem informação registrada em qualquer suporte, organizam, descrevem, indexam, armazenam,

recuperam e distribuem essa informação em sua forma original ou como produtos elaborados a partir dela”.

Dudziak (2001, p. 143) traz a definição de competência informacional como sendo “o processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessárias à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida”.

Nos estudos de MATA (2009, p. 23) “a educação de usuários pode ser considerada precursora da competência informacional”. Isto porque os bibliotecários começaram a perceber que a educação básica “não propiciava uma formação adequada para a realização de pesquisas bibliográficas” (BELLUZZO, 1989, apud MATA, 2009, p. 23).

A educação de usuários, segundo Dudziak (2001, p. 58) “tem, efetivamente, sua origem e ênfase na biblioteca. É produto de bibliotecários que, preocupados com seus usuários, procuram formas de auxiliá-los em sua busca pela informação”.

Indo além dos limites e dos recursos de uma biblioteca, a *Information Literacy*, expressão criada pelo bibliotecário norte-americano Paul Zurkowski em 1974 em um relatório intitulado *The information service: environment relationships and priorities*, (DUDZIAK, 2001, p. 21), traduzido para o português como competência informacional, assume contornos diferentes. Para Mata (2009, p. 25), ela “abrange as fontes de informação disponíveis em diversos suportes e armazenadas em variados ambientes, e leva em conta habilidades e atitudes que os indivíduos possam passar a ter no uso da informação”. Refere-se, também, ao aprendizado ao longo da vida, assumindo que os processos investigativos e de construção de conhecimento permeiam todas as ações, são aplicáveis a qualquer situação, seja junto a sistemas formais, seja junto a sistemas informais (DUDZIAK, 2001, p. 58-59).

Para Dudziak (2001, p. 61), os componentes que sustentam o conceito de *Information Literacy* são:

- O processo investigativo (ou de pesquisa)
- O aprendizado ativo
- O aprendizado independente
- O pensamento crítico
- O aprender ao aprender
- O aprendizado ao longo da vida

As autoras Orelo e Cunha (2013, p. 30) concluem que

o bibliotecário deve ter além de conhecimentos de processamento técnico e de mediação da informação, um perfil dinâmico, com domínio das tecnologias, habilidades de gestão da informação e preocupar-se com a educação continuada, o que remete à competência informacional. Esta competência caracteriza-se pelo uso eficiente da informação (identificação das necessidades, localização, recuperação e uso da informação) pelo desenvolvimento cognitivo, isto é, pela compreensão da informação, e pelo aprendizado ao longo da vida. Portanto, uma pessoa competente em informação estará constantemente buscando adquirir novos conhecimentos, por meio de formação.

Pensando dialeticamente sobre a competência informacional, afirma-se que a realidade social material foi e é determinante para que ela surgisse e pudesse se desenvolver. A prática dos bibliotecários, na gestão e no contato cotidiano com os usuários levou-os a perceber que a escola não dava base para a pesquisa.

Tendo a sensibilidade de constatar que as tecnologias de comunicação levaram ao um aumento no número de documentos, informações e conhecimento, a teoria biblioteconômica tem mostrado que o bibliotecário deve transmutar-se no profissional da informação, aquele que sempre está disposto a aprender para que a mediação feita por ele seja mais efetiva.

A mudança dialética mostra-se no ponto de contradição entre o variado número de informações em vários suportes, e a confusão do usuário sobre onde começar a pesquisar.

A ação recíproca evidencia os processos que levaram até a criação do conceito de competência informacional. A biblioteca como depósito de livros e o bibliotecário como guardião não cabem mais na sociedade de informação. É preciso de ambos uma atitude ativa, um pensamento crítico frente ao novo cenário.

A interpenetração dos contrários manifesta-se na medida em que os bibliotecários vão percebendo que certas práticas já não servem mais para disseminar a informação para a comunidade. Por isso, houve uma passagem quantitativa, quando era percebida a inadequação de certas práticas, para a qualitativa, quando o conceito de competência informacional mostrou qual era a maneira de proceder do bibliotecário frente à nova configuração social.

A tese da competência informacional é utilizar todas as teorias e técnicas da Biblioteconomia para incentivar o contínuo aprendizado, tanto de bibliotecários quanto de usuários.

A antítese é que o conhecimento aumenta significativamente todos os dias, e é impossível acompanhar tudo que surge. O aprendizado também não toca todas as pessoas. Há usuários que não querem saber os meandros da pesquisa, querem apenas os resultados, e o mais breve possível.

A síntese é fazer do aprendizado um instrumento corriqueiro da biblioteca, incentivando bibliotecários e usuários para sempre melhorar a forma de pesquisar e o jeito de construir conhecimentos, para disseminá-los.

## 5.6 PANORAMA CRÍTICO DA BIBLIOTECONOMIA CONTEMPORÂNEA

Esta parte da pesquisa tem o intuito de apresentar o que a literatura fala sobre a contemporaneidade da Biblioteconomia, destacando sempre aspectos contraditórios da reflexão atual. Mostafa (1981, p. 47) adverte que “não são poucos os problemas e contradições passíveis de análise na Biblioteconomia”. Cabe aqui um esforço de compreensão.

Assim como acontece quando se pesquisa sobre o profissional bibliotecário, ocorre na pesquisa sobre bibliotecas e a Biblioteconomia, seja em livros, artigos, dissertações ou teses: inevitavelmente encontra-se o paradigma da tecnologia. As transformações advindas do aperfeiçoamento científico significaram uma nova etapa na história da biblioteca:

Diante do progresso da tecnologia, evoluem as formas de comunicação, a construção, a classificação e o compartilhamento do conhecimento e da informação que respaldam novas maneiras de categorizar o mundo, apresentando novas etapas cognitivas do conhecimento humano. Ao utilizar e incorporar em suas práticas cotidianas as tecnologias de informação e comunicação, as bibliotecas alteram as formas de sociabilidade, implicando o redimensionamento do papel social dos atores que nela atuam (REIS, 2008, p. 64).

Miranda, já em 1980 (p.20) entusiasmava-se: “a informatização na biblioteca, se não tiver outros méritos, já vale apenas pela libertação do bibliotecário das tarefas burocráticas e rotineiras e para que desenvolva seu potencial como agente disseminador da informação”. Ao refletir sobre esta passagem, é possível afirmar que o bibliotecário dispendia muito mais esforços em alimentar a burocracia do que avançar com os serviços da biblioteca.

A respeito de alguns elementos que vêm estimulando reflexões sobre bibliotecas, Olinto e Medeiros (2013, p. 236-256), elencaram alguns fatores consideráveis: as dificuldades por que passam as bibliotecas públicas por causa do uso das TICs; a atenção disponibilizada às comunidades e a influência das redes sociais on-line; a percepção da realidade multicultural e a valorização da tolerância e da diversidade, a inclusão social de grupos com diversos perfis sociais, além daqueles excluídos ou colocados de lado pela sociedade.

É possível afirmar que a biblioteca, especialmente a brasileira, foi e é pensada com os aspectos acima mencionados através da lei dialética da interpenetração dos contrários. O

perfil da biblioteca e do bibliotecário mudou. Há um vir-a-ser perpétuo que coloca a unidade de informação em uma contradição perene, que a faz acompanhar as mudanças sociais, uma vez que ela tem o papel de servir à sociedade. E hoje, a sociedade usa massivamente a tecnologia, as redes sociais, tem mais contato com diferentes culturas e discute mais os paradigmas morais de sexo, raça, classe social e religião.

A tese é de que a função das bibliotecas é ser espaço de difusão do conhecimento. Pode-se apontar como antíteses os empecilhos técnicos e sociais dessa disseminação.

Três são os principais fatores que podem ser apontados sobre o estado da biblioteca hoje: a falta de recursos/investimentos, a falta de uso e a falta de tecnologias. Mas é preciso enxergar o macroprocesso onde a biblioteca está inserida. Nesse sentido, Medeiros (2015, p. 29) afirma:

As questões sobre bibliotecas públicas, hoje, na literatura internacional, refletem temas variados como os aspectos espaciais, a *advocacy*, a criação de capital cultural, humano e social, o papel institucional frente à economia mundial, e o impacto das TIC, entre outros temas. Tais temas surgiram ou se fortaleceram em função do momento de mudança que atinge a sociedade, decorrente das crises provenientes da economia, do uso intensificado da tecnologia e da crise institucional. A biblioteca pública ameaçada precisou fazer alguns ajustes para adaptar-se a uma nova realidade (grifo do autor).

A realidade das bibliotecas, principalmente as públicas, perpassa pela falta de valorização e de investimentos. Por isso, aponta-se, hoje em dia, que uma biblioteca deva ser mais entremeada com a comunidade, mais participativa, mais representativa, prestando informações utilitárias, comunicando fatos e eventos relevantes aos usuários. Não basta apenas que ela exista, é preciso ir além da prática cotidiana, da imagem cristalizada no senso comum, onde a biblioteca é apenas um lugar onde há livros que não podem ser manuseados. E esta cobrança não é recente; ela já é pensada e discutida há pelo menos quarenta anos:

[...] nas tendências atuais na biblioteconomia, há a consciência crescente de que a biblioteca, especialmente a pública, tem a obrigação de ser relevante para as necessidades sociais de hoje, utilizando-se do jargão dos jovens ativistas, e estender seus serviços para os mais desfavorecidos e para as minorias rejeitadas. (SHERA, 1973, apud MEDEIROS, 2015, p. 26).

Uma das expressões materiais para disseminação da informação, formas de tentativa de evoluir os serviços biblioteconômicos, refere-se à Web 2.0. Garcia (2012, p. 44) traz os estudos de Chowdhury, Poulter e McMenemy, autores americanos que afirmam que a biblioteca tem que “agir não apenas como uma porta de entrada para o conhecimento, mas também como uma plataforma para facilitar a criação de, e o acesso da comunidade local ao conhecimento”.

Mais do que simplesmente possuir um papel social relevante, pensar a Biblioteconomia hoje significa dialogar com as mais diversas áreas da ciência, é ter uma visão interdisciplinar. Por muito tempo, a biblioteca sempre foi um elefante branco, tendo o propósito de ser veículo de prestígio, de *status*. A impressão percebida era de que a biblioteca era o templo dos eruditos. Para mostrar um outro lado, a literatura atual criou o termo “unidade de informação”, lugar onde a disseminação do conhecimento transcende a técnica alienadora. E o “profissional da informação” deve utilizar de modo abrangente os novos suportes.

À medida em que vai encadeando processos de mudança, a biblioteca vai aprimorando sua relação com a comunidade onde está inserida. Nesse contexto, Medeiros (2015, p. 38) trouxe o pensamento de Betancur, que assim preconiza:

Os serviços bibliotecários públicos devem transcender esse mero ‘existir’ em uma comunidade e não apenas ‘abrir’ suas portas a uns usuários acidentais. É somente mediante a capacidade de ser uma interlocutora da comunidade - a partir da análise do seu contexto; da interpretação e do reconhecimento das necessidades de informação de seu público objeto; da intervenção com programas e serviços de maneira consciente e sistemática – que a biblioteca poderá contribuir de maneira substancial ao processo de fortalecimento das identidades, ao estímulo à participação cidadã e comunitária, à formação de redes sociais. Assim, dará a sua cota de contribuição enfim, ao fortalecimento de uma democracia ativa (BETANCUR, 2002, p.4).

Uma das faces atribuídas à biblioteconomia é a cultural. Voelcker (2013) chama a atenção para a relação cultura, comunidade e informação, intrínsecas às bibliotecas contemporâneas:

As bibliotecas brasileiras não desenvolvem ações sistemáticas para identificar e suprir as necessidades de informação das comunidades locais. A atuação das bibliotecas públicas é de forma geral, mais forte na promoção da cultura e menos significativa no que se refere a disponibilizar e estimular o uso de informação. (Voelcker, IDEM, p.56).

Alguns autores exaltam o profissional bibliotecário, seu espaço de trabalho e a importância dos serviços através do paradigma da tecnologia, pois homem e máquina devem ser parceiros: “É bem verdade que tecnologia alguma poderá substituir habilidades altamente desenvolvidas pelo bibliotecário [...] Não há por que se ter medo da desinstitucionalização da profissão, bem como não se pode ignorar a dimensão humana da biblioteconomia” (DRABENSTOTT, BURMAN e MACEDO, 1997).

É possível inferir, de tudo o que foi exposto até agora, que o paradigma das bibliotecas atuais é conciliar cultura, cidadania e informação, sempre com o auxílio das TIC. Mas que cultura é essa, quais as informações a serem disseminadas, uma vez que a lógica do capital

também entranha-se na biblioteca? A informação a ser distribuída ao usuário, segundo tal pensamento, tem que ter valor de uso, de forma a reverter em algum benefício econômico, para só depois apontar para algum interesse coletivo. A prática, neste quadro, é meio de obtenção de lucro e ascensão social, e só depois vai ao encontro aos anseios da população.

A biblioteca pode ser entendida como um espelho da sociedade, mas nem por isso deve se conformar com o papel de simples reprodutora das práticas culturais e sociais. Como afirma Nogueira (1985, p. 22), “decorrente da desarticulação entre a teoria e a prática – sustentáculo da estrutura de classe – a consciência passa a ser dominada pela ideologia da classe dirigente”. Perpetuar essa doutrina sem abrir espaço para a reflexão é negar os conhecimentos múltiplos produzidos ao longo da história, é a incapacidade de ver a realidade como resultado de ações recíprocas históricas. “A estrutura age como uma camisa-de-força e a biblioteca acaba sendo apenas um reflexo da sociedade (ou do modo de produção) onde está inserida” (MOSTAFA, 1981, p. 50).

A mudança é inerente ao real, mas uma vez que as mesmas ideias permanecem como verdades absolutas, privilegiando um pequeno grupo em detrimento da maioria, a biblioteca deixa de ser espaço propagador de cultura e cidadania.

A ideologia que motiva as nossas bibliotecas é tipicamente de classe média – a mesma dos nossos bibliotecários. [...] A biblioteca parece querer, muitas vezes, impor um modelo de cultura estranho ao próprio habitat (portanto, alienadamente), em vez de hastear-se na dinâmica mesma dos valores culturais em germinação na comunidade. Talvez por esta razão a biblioteca ainda tem pouco peso e importância na vida cultural de nossos municípios (MIRANDA, 1978, p. 70)

Disseminar as informações que competem apenas à conveniência de um reduzido número de pessoas não é o que se espera de um centro de informação como a biblioteca contemporânea. É paradoxal ter ao alcance múltiplas plataformas da informação para abalizar práticas já garantidas, que não são críticas ou apenas reafirmam o óbvio. É a lei da mudança dialética: tudo o que existe contém inerente a si sua contradição. E cabe à biblioteca ser o agente de confronto do senso comum, de incentivo às novas formas de pensar, de combate ao sagrado. Como diz Bretas (2010, p. 118):

A biblioteca pública pode legitimar um sistema político dominante, quando disponibiliza um acervo constituído em acordo com interesses de determinados grupos sociais que se mantêm no poder; por outro lado, proporciona – através das atividades que incentivam a leitura, o estudo, a pesquisa e a produção de trabalhos e obras literárias, e por meio da preservação da memória e identidade locais – uma relevante contribuição cultural e educacional para a comunidade ou cidade onde

atua. Assim, cria possibilidades de mudança para uma nova ordem social, mais justa e inclusiva para todos os membros.

A tese de uma biblioteca para todos esbarra na antítese de um local que dissemina apenas a conformidade com a realidade. A síntese é a mudança, seja ela social ou econômica, permitindo que a unidade de informação possa, livremente, ser efetivo espaço de propagação do saber.

Partindo para uma análise dialética da biblioteca de hoje, é possível inferir que há mais valorização do que uso efetivo por parte da comunidade. Por mais propagada que seja a ideia de que a biblioteca é um local de estudo, de cultura, de efetivação da cidadania, as pessoas não vão e não utilizam os serviços disponíveis como poderiam.

Deixando de ser um depósito de materiais informacionais, como a acepção da palavra remete, essa unidade de informação passou por transformações, mas não atingiu a comunidade como deveria.

As tecnologias, tais como o uso do computador, o acesso à internet, foram elementos agregados às bibliotecas para popularizar a disseminação da informação. Há muito da lei dialética da passagem quantitativa para qualitativa, já que outros materiais que não o livro – periódicos, revistas científicas – têm a chance de alcançar um público mais amplo, contribuindo efetivamente para a construção de novos conhecimentos.

Persiste, entretanto, a falta de investimentos. Computadores, acesso a portais de periódicos, a infraestrutura física da biblioteca, profissionais bibliotecários são partes fundamentais para o funcionamento e evolução das bibliotecas contemporâneas.

É possível afirmar que ainda há muito o que se conquistar para as bibliotecas brasileiras. A lei que trata da mudança dialética parece encontrar resistência por parte da sociedade e do Estado. Infere-se que, com essa falta de alocação de recursos, a biblioteca não seja elemento importante indispensável para uma comunidade.

O Mito da Caverna criado por Platão ajusta-se perfeitamente a esta análise. Há pessoas que parecem confortáveis com as informações que chegam a elas, sem que haja questionamentos. A possibilidade de descobrir o novo assusta uma parcela dita conservadora da sociedade, e a biblioteca, segundo este ponto de vista, deve contribuir para que a não-reflexão persista.

Como demonstrado por Hegel, a História é dialética, e traz consigo a mudança inerente aos seres e às coisas. E, de acordo com Marx, a realidade social molda o pensamento



e a produção humana. A configuração da sociedade contemporânea clama por mudanças, por transformações, que já deveriam ter acontecido, mas que por inúmeras causas não ocorreram.

A ação recíproca dialética ocorre na biblioteca por ela ser parte integrante do *corpus* social. Ela é influenciada por essas comutações, e deveria influenciar a sociedade, como espaço privilegiado que é. A síntese pode ser descrita através da biblioteca tendo a valorização que merece e sendo utilizada para a cultura, a educação e o lazer de uma comunidade.

Outra tese que pode ser apontada diz respeito ao advento da tecnologia nas práticas das bibliotecas. A facilidade de processos, a economia de tempo em atividades que antes demandavam muitos esforços traz a impressão de que todos os problemas serão resolvidos se houver um computador com acesso à Internet. Ela pode sim ser um elemento favorável ao desenvolvimento de outras atividades, uma vez que o computador tem a capacidade de executar tarefas rotineiras, liberando o bibliotecário. No contexto capitalista, a busca pela competitividade, pelo lucro rápido e pela vantagem encontra no aparato tecnológico um canal para alcançar eficácia e eficiência incessantes. A biblioteca pode ser uma aliada, pois trabalha com informações que podem ser o diferencial na obtenção de benefícios.

A antítese está na pretensão de buscar sempre mais, sem refletir ponderadamente sobre as informações disponíveis. Há um movimento conservador que deseja manter as relações políticas, econômicas e sociais como estão, e o conhecimento não se presta a este papel. Entretanto, para que esse conhecimento atinja seu potencial de mudança, é preciso pensar e refletir a todo instante, considerando o contexto, as consequências, as variáveis dos fatos e acontecimentos do mundo. A tecnologia da informação tanto pode ser um instrumento que veicula informações prontas, neutras, acríticas, que reproduzem padrões injustos, quanto pode ser mecanismo de discernimento crítico, ponderado.

A síntese desse panorama crítico da Biblioteconomia é ver a informação e o conhecimento como dispositivo útil ao engrandecimento intelectual e social da comunidade, fazendo com que se use tecnologia de modo criativo e construtivo, criando serventias e benefícios para o maior número de pessoas, fazendo com que a biblioteca possa ser usada como efetiva agente de transformação.

## 6. NOVOS HORIZONTES PARA A BIBLIOTECONOMIA

Mais do que comentar sobre como a Biblioteconomia encontra-se hoje, é preciso verificar como a área é pensada pelos estudiosos e especialistas e como se delineiam suas transformações. Por esta razão, a pesquisa volta-se agora para algumas tendências apresentadas na literatura à Biblioteconomia.

### 6.1 A BIBLIOTECONOMIA EM 2018

Em um artigo de cunho exploratório, Costa (2012) propôs-se a conjecturar, fazendo uso da Técnica de Delfos, como estaria a Biblioteconomia brasileira em 2018. A dois anos da data escolhida pela autora, é pertinente comparar os resultados do estudo com a realidade atual.

No entender de Baptista e Cunha (2007, p.178-179), a Técnica de Delfos é um tipo de questionário de cunho qualitativo endereçado a especialistas do assunto abordado, de modo a “identificar tendências”. A consulta é feita, analisada, estudada estatisticamente e depurada. Depois, ela é remetida novamente aos participantes e o mesmo procedimento é adotado, tantas vezes quantas forem necessárias, até que seja possível “conseguir uma lista que represente o consenso sobre as prováveis tendências”.

Depois de duas rodadas de perguntas com autoridades e peritos, a autora chegou a uma lista com quatorze afirmativas, e questionava os participantes se eles concordavam, tendiam a concordar ou não concordavam.

Ela iniciou a análise de dados com as sentenças que obtiveram aprovação dos especialistas. São elas (Costa, 2012, p. 82):

- As bibliotecas brasileiras, em 2018, oferecerão aos usuários acesso remoto, diminuindo (mas não eliminando) o atendimento presencial;
- Em 2018, serviços de informação serão projetados e concebidos, pelas bibliotecas brasileiras, para ir ao encontro do usuário, suprimindo a necessidade de deslocamento à biblioteca física;
- Mesmo com a consolidação do atendimento remoto, a figura do bibliotecário, em 2018, continuará a existir para atender o usuário;
- Para estreitar o relacionamento com consumidores de informação (usuários), as bibliotecas brasileiras, incorporarão, em 2018, as novas tecnologias de informação advindas com a web 2.0;
- Em 2018, a integração dos sistemas de gerenciamento de acervo de bibliotecas se voltará para a integração com os demais sistemas organizacionais;
- Em 2018, as bases de dados de texto integral estarão amplamente consolidadas, diferenciando-se por serviços adicionais;

- Em 2018, a web-semântica terá pressionado os bibliotecários a reverem suas atividades profissionais para absorção de novas tarefas.

Todas as premissas relacionam-se com o impacto da tecnologia no ambiente das unidades de informação. É possível afirmar que algumas ações já são corriqueiras, tais como o uso da Web 2.0, o acesso remoto e a disponibilidade de base de dados são exemplos ilustrativos de mudanças. Apesar de muito discutida, a web semântica permanece ainda uma meta a ser alcançada. E a integração dos sistemas de bibliotecas ainda não conseguiu atingir todo seu potencial, seja por razões técnicas ou tecnológicas, seja pelo custo elevado.

Prosseguindo, Costa (2012, p. 85) elenca as afirmativas que ela denominou “tendência à concordância”, podendo ser definida como frases que não obtiveram consenso, mas pendiam para a concordância do que a discordância, quais sejam:

- As bibliotecas brasileiras, em 2018, terão a infraestrutura física e tecnológica de acordo com os critérios de acessibilidade;
- As bibliotecas brasileiras, em 2018, oferecerão o atendimento remoto por meio de dispositivos móveis, além da internet;
- Em 2018, as redes sem fio serão um serviço obrigatório ao usuário, oferecido pelas bibliotecas brasileiras;
- As bibliotecas brasileiras, em 2018, oferecerão predominantemente acesso a bases de dados (textual, numérica, visual etc.) de conteúdo integral;
- Em 2018, os sistemas de busca de bibliotecas se apoiarão em sistemas especialistas com alta capacidade de aprendizagem.

Estas premissas revelam dois lados: um, o investimento em aparato tecnológico para colocar as bibliotecas (e por consequência o país) equiparadas com outras nações; o outro mostra que ainda há muito que se melhorar e fazer para chegar ao estado desejado. As afirmações acima transparecem as esperanças dos peritos no futuro das bibliotecas.

Por fim, a autora apresenta as afirmativas que não encontraram respaldo na opinião das autoridades consultadas. Ela nomeou-as como “afirmativas com ausência de consenso” (COSTA, 2012, p. 88-89). Aqui estão:

- Tecnologias de realidade virtual serão utilizadas pelas bibliotecas brasileiras, em 2018, para propiciar atendimento remoto/virtual aos consumidores de informação (usuários);
- Em 2018, a função das centrais de atendimento (balcão de referência) ao usuário estará comprometida, pois o usuário vai atuar de forma cada vez mais autônoma (autosserviço);

As duas assertivas mencionadas são contraditórias: uma diz que haverá tecnologia que possibilitará atendimento remoto por realidade virtual, ou seja, o usuário será atendido; a

outra diz que o usuário não será atendido, pois o “balcão de referência estará comprometido”. Conclui-se que a realidade virtual é uma possibilidade, mas o serviço de referência não está em vias de extinção. Os especialistas, acertadamente, negaram as afirmativas, pois conhecem o cenário das bibliotecas brasileiras, e sabem que há muito a ser feito ainda para que as unidades de informação possam oferecer um serviço tal como o atendimento por realidade virtual, por exemplo.

De maneira geral, a inserção da tecnologia na prática bibliotecária apresenta variados graus de penetração e muda de país para país. Mais do que a prática, o que está em questão nas assertivas apresentadas pelos especialistas é a realidade política e econômica das nações em investir nessas tendências, avaliando sua viabilidade.

As ideias expostas indicam que as contradições próprias do fazer bibliotecário serão estudadas através do impacto da tecnologia. A passagem quantitativa para qualitativa, segundo os resultados da pesquisa, impactará profundamente nas relações entre os profissionais, os usuários e a informação.

O contexto das bibliotecas, em especial as brasileiras aponta para outras premissas. A tese de que a tecnologia terá papel cada vez mais fundamental nas práticas biblioteconômicas esbarra na antítese da falta de investimento em equipamentos e treinamentos. Uma possível síntese é a adequação das tecnologias para os diferentes contextos em que as unidades de informação estão inseridas.

## 6.2 INTERNET DAS COISAS (IoT)

O termo Internet das coisas foi criado pelo pesquisador britânico Kevin Ashton, do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), em 1999. A Internet das coisas denomina inúmeras possibilidades de conexão entre objetos comuns do cotidiano e a internet, permitindo a comunicação de dados através de dispositivos externos e representa a evolução tecnológica a partir do uso de sensores, *wireless* e nanotecnologia (CARVALHO; SOUZA, 2015, p. 265).

De acordo com Dutra e Toriani (2016, p. 86), “esta interconexão possibilitaria que os objetos ‘conversassem’ entre si e ‘tomassem decisões’ sem a intervenção humana”.

O uso da Internet das Coisas numa unidade de informação pode ser um instrumento de evolução dos serviços oferecidos. Conforme Moraes (2014):

Imagine estar numa biblioteca onde um sensor corre por um friso apontando a localização de seu livro na estante? Sensores que indicam se o livro está no lugar correto de classificação ou não? Sensor que indica se um livro está perdido num prédio? Sensor que indica a georreferência de uma obra? Indicação de disponibilidade de um livro na estante sem necessidade de consultar empréstimos? E mais: cálculo de peso de uma carga de obras em doação, cálculo de volume, vida útil, danos ambientais... Isso tudo, sem falar na própria mudança na forma do como o usuário procura suas informações. Nas mudanças culturais provocadas por esta nova onda.

Pensando no impacto que a Internet das Coisas pode alcançar, Dutra e Toriani (2016, p. 90) conjecturam que as relações sociais poderiam sofrer “uma desconexão entre pessoas, sentimentos, emoções, noções de comunidade, entre outros”, revelando que o fator humano é muito importante quando se trata de bibliotecas e centros de informação.

A tese proposta pela Internet das coisas, de prover Internet a objetos comuns da biblioteca, oferece a possibilidade de facilitar a disseminação de informações em qualquer lugar, e os modernos profissionais da informação podem auxiliar com suas habilidades em trabalhar com informações em novos suportes.

A antítese pode ser apontada ao deixar o trabalho intelectual apenas com as máquinas, fazendo com que as pessoas deixem de refletir, sem contar a grande dependência dos aparatos eletrônicos. Há uma vontade de se modernizar o acesso à informação, mas sem estudos e testes tudo tende a se tornar irrefletido.

É possível pensar numa síntese que abranja a Internet em objetos comuns, mas que não façam todo o trabalho de “pensar”, exigindo dos indivíduos que eles possam raciocinar, e de modo crítico, sem ficarem tão submissos a apetrechos eletrônicos.

### 6.3 CURADORIA DIGITAL

Com o imenso número de informações disponíveis na Internet, é preciso que se gerencie de forma eficaz para se recuperar documentos na web. De acordo com Santos, T. (2014, p. 134), a expressão curadoria digital surgiu por volta do ano 2000, em um período em que “a Internet já estava estabelecida como canal mundial para criação e disseminação da informação e a preservação digital já imperava na comunidade científica como necessidade inerente ao meio eletrônico”.

Para Sayão e Salles (2012, p. 184), a curadoria digital perpassa pela gestão de conjuntos de dados de uso contínuo amplos, garantindo a pesquisa e a viabilidade de acesso, de modo a serem consultados e interpretados sempre que o usuário necessitar. Os autores também afirmam que se verifica

um deslocamento no padrão de arquivamento estático e inacessível promovido pelos *dark archives*, repositórios de acesso restrito voltados para garantir integridade e autenticidade. O foco da curadoria digital está na gestão por todo o ciclo de vida do material digital, de forma que ela permaneça continuamente acessível e possa ser recuperado por quem dele precise (Sayão e Salles, 2012, p. 184, grifo do autor).

A curadoria digital pode ser conceituada como metodologias de maneira a estabelecer e manter a informação digital em repositórios, com vistas à preservação de longo prazo, para que pesquisadores, cientistas, historiadores ou qualquer interessado possa fazer uso. “Especificamente, a curadoria digital é definida com a seleção preservação, manutenção, coleção e arquivamento de ativos digitais”. (SANTOS, 2014, p. 105).

A especialização de bibliotecários nesta área do conhecimento vai ganhando mais relevância com o passar do tempo. A curadoria digital vem para concretizar a lei dialética da interpenetração dos contrários, que junto com a biblioteca digital e a Internet criou a contradição de disponibilizar todo conhecimento em uma rede de computadores, mas não garantir que tudo será recuperado. A curadoria digital, através da passagem quantitativa em qualitativa, vai criando mecanismos para que tudo o que esteja na rede mundial de computadores possa encontrar seu usuário, concretizando uma das leis da Biblioteconomia (a cada livro, o seu leitor), ou seja, que a informação requerida vá ao encontro daquele que necessita dela.

A tese de se organizar os documentos digitais, área de atuação para os bibliotecários, tem na antítese do aumento exponencial do número de obras e as várias maneiras de organização, de acordo com os objetivos das instituições a que pertencem, podem encontrar uma síntese nas bases de dados, que podem ser a porta de entrada para achar o documento digital útil.

#### 6.4 NOVAS TENDÊNCIAS PARA AS BIBLIOTECAS: *TOP TRENDS* 2016

Este é o título de uma reportagem de Fausto e Dudziak (2016) para o Sistema de Bibliotecas da Universidade de São Paulo – USP. Os autores procederam à análise da Associação de Bibliotecas Universitárias e de Pesquisa (*Association of College & Research Libraries – ACRL*), um dos departamentos da Associação Americana de Bibliotecas (*American Library Association – ALA*). O relatório de 2016 trata sobre:

- Gerenciamento de dados de pesquisa (*Research Data Services – RDS*): consulta e uso de dados de pesquisa armazenados em meios digitais;
- Pesquisa acadêmica digital (*Digital Scholarship*): centro de pesquisa digital de apoio ao ensino, que abrange a comunicação digital e também pesquisas em “Humanidade Digital”;
- Avaliação de coleções (*Collection Assessment Trends*): um novo cargo, denominado “analista de aquisições” tem o papel de achar novas formas de adaptar coleções aos recursos físicos e financeiros das instituições através de ferramentas inovadoras, como a análise preditiva;
- Fusões de provedores de conteúdo para sistemas de bibliotecas (*ILS and content provider/fulfillment mergers*);
- Evidência de aprendizagem (*Evidence of learning: Student success, learning analytics, credentialing*): incentivo às novas formas de ensinar e aprender;
- Competência Informacional no Ensino Superior (*New directions with the Framework for Information Literacy for Higher Education*): capacidade de reconhecimento e uso efetivo da informação útil; fluência digital, novas perspectivas na produção e disseminação de informação;
- Métricas alternativas (*Altmetrics*): análise da produção acadêmica praticamente em tempo real;
- Cargos emergentes (*Emergent Staff Positions*): os profissionais mais requisitados pelas instituições tem habilidade com a tecnologia e suporte técnico, pensa suas ações direcionando-os na experiência do usuário, dão suporte para serviços virtuais, humanidades digitais e gestão do conhecimento;
- Recursos Educacionais Abertos – REA (*Open Educational Resources – OER*): materiais de domínio público que dão suporte à educação.

Algumas ideias acima apresentadas, tais como Gerenciamento de dados de pesquisa e Cargos emergentes são decorrentes da ação recíproca dialética, que evidencia os processos contraditórios de disponibilização indeterminada de documentos em meios digitais sem a devida preocupação com a sua recuperação. A maioria das premissas dão conta de serviços que eram feitos de uma forma na biblioteca tradicional, mas que precisam ser adaptadas para lidar com novas informações e conhecimentos no meio digital.

Muitas das teses apresentadas pela ALA são conjecturas do futuro biblioteconômico. É um exercício necessário prever o que pode vir pela frente, mas encontra na antítese dessas abstrações, tempo e estudos perdidos, a apontar que tal ideia não vingará. A síntese não pode ser outra, pois a tentativa e erro fazem parte das ciências, e é possível aprender bastante com esta técnica, mesmo que ela não seja a mais eficiente. O futuro da Biblioteconomia passa pela análise do que se tem hoje, e o que seria vantajoso ter amanhã.



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese. Conhecer uma área profissional é de suma importância para perceber quais são suas possibilidades de atuação. A análise dialética de campos relevantes da Biblioteconomia é uma das maneiras de tentar compreender o que se vai encontrar e o que esperar do futuro.

A situação das bibliotecas e dos bibliotecários hoje, como preceitua a dialética, é de mudança constante. Nada permanece, pois as pessoas estão sempre criando e descobrindo novos saberes, e estes impactam na sociedade. Por trabalharem com informações e conhecimentos, o bibliotecário tem um papel privilegiado, pois ao mesmo tempo em que eles aprendem com as novas revelações, podem difundi-las para a comunidade em que estão incorporados.

O conhecimento tem um caráter revolucionário, já que transforma o mundo e as relações sociais. A discussão provocada pelas descobertas, sejam elas científicas ou da sociedade civil, abre a cada dia um novo leque de reflexões e de debates. Este é a faceta mais instigante de trabalhar em bibliotecas: a oportunidade de ter ao alcance livros, artigos, periódicos e documentos que tratam dos mais variados assuntos, e com a tecnologia podem ser acessados nos mais variados suportes. Ter contato com temas e assuntos já conhecidos ou os quais nunca se ouviu falar amplia a capacidade de conhecer o mundo e se sensibilizar com seus fenômenos.

Como o sistema político e econômico predominante é o capitalista, a informação é utilizada com propósitos diferentes pelas diferentes classes sociais. Inúmeros livros ajudam a compreender essa dinâmica, e muitos deles propõem novas formas de pensar este sistema. Há interesses que não contemplam a população, e há, também, vontade de propagar informações que permitam às pessoas formarem seus pontos de vista, suas ponderações e seus entendimentos. Isso é refletir criticamente.

Pensar em transformações sociais é um jeito de incentivar que os bibliotecários não demandem esforços apenas para as técnicas componentes da Biblioteconomia. Elas são relevantes e concentram esforços para melhor organizar as informações. Mas é preciso ampliar os horizontes, e pensar as técnicas junto com teorias e princípios maiores, tentando abranger várias suposições para que a discussão diga respeito entre o que é o melhor e o menos vantajoso, o que vai beneficiar mais ou menos pessoas.

Nesse contexto, pensar dialeticamente sobre a imagem e as práticas do bibliotecário, seus processos técnicos de tratamento da informação, a competência informacional – o aprendizado contínuo – e sobre as bibliotecas digitais, torna-se proveitoso, pois mostram que

as bibliotecas estão acompanhando as variações existentes na sociedade. Há muito que se estudar e discutir para a melhoria das bibliotecas, e um dos passos é começar a apontar as contradições existentes.

O estudo de pontos consideráveis da Biblioteconomia contemporânea revela que a sociedade é espelho e referência para as bibliotecas. Um exemplo é o uso de computadores nas unidades de informação. Vários serviços sofreram alterações notáveis porque vários setores sociais perceberam que o computador e a Internet facilitavam o trabalho, e isso poderia ser empregado nas bibliotecas.

As bibliotecas digitais são um reflexo desta mudança. Os documentos puderam ser inseridos em rede no meio digital, e com os procedimentos estudados pelos profissionais da informação, foram organizados para serem melhor recuperados e disponibilizados.

Pode-se afirmar, então, que a tecnologia é o paradigma da Biblioteconomia contemporânea. Hoje ela molda e guia o trabalho e o pensar biblioteconômico. Não é possível imaginar uma biblioteca sem computador, sem acesso à Internet e rede sem fio. A pesquisa, as fontes de informação, o atendimento ao usuário, a construção de conhecimentos conta com o computador para continuar a progredir com os serviços prestados. Os estudos sobre o futuro das práticas das bibliotecas estão em busca de ofertar cada vez mais possibilidades úteis no meio eletrônico.

A quinta lei de Ranganathan diz que a biblioteca é um organismo em crescimento. Este crescimento, hoje, está atrelado ao desenvolvimento de novas tecnologias. Com isso, a classificação, a catalogação, a indexação, o serviço de referência e outras atividades vão sendo estudadas para atender essa nova configuração. Como exemplo, estuda-se na Internet das coisas um meio de colocar acesso à rede mundial em objetos cotidianos: geladeiras, carros, canetas. Isso requer um aprendizado constante de como as coisas funcionam, e muitas informações podem ser encontradas em obras físicas ou digitais, organizadas segundo as técnicas criadas pela Biblioteconomia.

A importância das bibliotecas no mundo contemporâneo reside no fato de que elas são um espaço de auxílio para a concepção e criação de conhecimentos importantes para a sociedade. Independentemente de interesses restritos de certos grupos sociais, é fundamental continuar a estudar e aprender coisas novas, de modo a tentar mudar o que é injusto e nocivo. Em que pese a falta de investimentos em sua estrutura física e recursos humanos, a biblioteca é revolucionária por oferecer à população informações múltiplas, e em variados suportes, para que um dos aspectos da cidadania seja efetivamente posto em prática, estimulando a participação do povo no quadro de mudança social proporcionada pela informação.

A antítese. De acordo com os filósofos que estudaram a dialética, tudo encerra em si sua contradição. Tudo o que existe é provisório, pois as mudanças são inevitáveis graças aos paradoxos que formam o real.

São inúmeras as contradições da Biblioteconomia, mas elas dão a chance de pensar e refletir o motivo da sua existência. E refletir ajuda a entender, de maneira que o entendimento só vem através do estudo. Este gesto que precisa de conhecimentos que estão nos livros, nos documentos, e hoje em dia encontram-se em suportes físicos e eletrônicos. Tudo isso existe em uma biblioteca.

A organização da informação é um dado contraditório. Por onde começar a organizar? Que critérios utilizar? É necessário organizar? Questionamentos como esses põem à prova a validade da Biblioteconomia e suas possíveis respostas são válidas como elemento de análise dialética.

Como no início, a biblioteca era apenas um local de guarda de obras, a primeira percepção era de que o conhecimento era apenas para poucos. Aponta-se também que a imensa maioria da população mundial não sabia ler nem escrever, e por isso as obras eram mais valorizadas por seu *status* do que por sua utilidade. A imagem do bibliotecário sério, pouco afeito a auxiliar o usuário tem aqui um embasamento.

Mas o mundo foi mudando, as relações entre os indivíduos demandaram uma nova estratégia. Ainda assim, inúmeros conhecimentos não eram disponibilizados à população via livros, vide o período histórico denominado Idade Média, em que a tradição oral prevalecia. A imensa maioria das bibliotecas estava em mosteiros e colégios, e a informação era rigorosamente vigiada. Um dos únicos livros permitidos era a Bíblia, mas nem toda interpretação do livro sagrado era autorizada. Por este pequeno traço histórico é possível perceber que, mesmo com o conhecimento em mãos, a reflexão não era o objetivo principal.

Com o Renascimento, depois o Iluminismo e a Revolução Industrial, três marcos históricos ocidentais, as bibliotecas se expandiram, mas sempre acompanhadas das demandas sociais. Isto quer dizer que por maior desenvolvimento alcançado pelas ciências ou alteração das dinâmicas entre pessoas, muitas informações deveriam obedecer ao código moral vigente. E esta situação privava vários grupos sociais de incrementar sua educação.

No escopo dessa situação, minorias políticas sempre foram alvo do ódio da classe dominante estabelecida de dada época, e não é diferente hoje. A informação, neste contexto, não cumpre seu papel de mudar e transformar ideias e preconceitos.

Uma passagem quantitativa para qualitativa ocorreu quando o modo de produção capitalista impôs seu modelo. As bibliotecas, como reflexo da sociedade, acompanharam esta

transição. Hoje, com o estabelecimento do uso de tecnologias, muitos produtos e serviços que poderiam ser ofertados de forma mais democrática ainda encontram resistências.

Um exemplo são os serviços de referência virtuais. Eles poderiam ser prestados via Internet, com vistas a ser um facilitador, mas as bibliotecas, principalmente as brasileiras, não dispõem de computadores em número suficiente para atender aos usuários em rede. Outro ponto que merece atenção é a informação disponível na Internet. Elas são inúmeras, e muitas vezes pouco confiáveis. A mediação de um bibliotecário é de grande valia neste caso, mas a configuração atual dispensa este profissional. O usuário vai ele mesmo pesquisar, e tem grandes chances de se deparar com informações erradas, desatualizadas, que podem levar a soluções e reflexões distorcidas.

A competência informacional é um modo de sanar essas deficiências. Mas ela mesma apresenta contradições, pois o estudo continuado demanda um esforço significativo, tanto na busca por informações confiáveis como na predisposição do indivíduo em estar aberto para aprender sempre. Na atual circunstância do modelo capitalista, a rapidez é um atributo muito valorizado, fazendo com que, em alguns casos, o usuário fique satisfeito com a primeira informação que encontra, sem pensar, sem refletir.

O bibliotecário deve, então, encontrar um meio de se fazer presente, para contribuir com suas técnicas. Porém, suas práticas são contraditórias: a classificação é complexa aos não-usuários; a catalogação serve mais para os bibliotecários que para o público; a indexação é subjetiva, e ao mesmo livro podem ser atribuídos variados descritores.

Além disso, as bibliotecas brasileiras sofrem com a falta de investimentos financeiros. Muitas delas estão localizadas em prédios antigos, a maioria das escolas nem tem este espaço, e as bibliotecas públicas são em número reduzido em relação ao número de habitantes que ela poderia atender. E a falta de bibliotecário é uma constante, pois é notório que sempre há falta de profissionais em quantidade necessária para ofertar todos os serviços. Nos países desenvolvidos, fala-se em eliminar a figura do bibliotecário, pois os novos equipamentos tecnológicos oferecem os serviços feitos pelo profissional da informação. Não levam em conta que o contato entre o bibliotecário e o usuário oferece vantagens em relação ao serviço automatizado.

A falta de valorização das unidades de informação é uma constante em sua história. A biblioteca ainda persiste em permanecer um espaço apartado da comunidade. A classe dominante não dá a devida atenção às bibliotecas, e a população parece acompanhar este desdém. E é por isso que os profissionais atuantes e os futuros ingressantes da área devem compreender este fato para tentar mudá-lo.

A síntese. A Biblioteconomia contemporânea tem que conciliar tradição e transformação. A tradição vem das teorias e técnicas criadas e que a torna uma ciência. A transformação vem do uso de equipamentos eletrônicos e tecnológicos, que induzem os pensadores e profissionais da área a pensar profundamente sobre seus fundamentos e as perspectivas para o futuro.

Todo esse processo demanda investimento. Seja através de recursos financeiros, seja na capacitação de novos trabalhadores da informação, ou, ainda, em campanhas de divulgação de bibliotecas, investir constantemente é o modo de garantir a continuidade e a valorização das unidades de informação. Faltam investimentos nas bibliotecas brasileiras.

A valorização é mais falada do que efetivada. A qualquer pessoa que for questionada a respeito da importância de uma biblioteca, com grande grau de certeza ela responderá que uma biblioteca é importante. E com a mesma convicção, afirma-se que ela não vai saber como incrementá-la ou engrandecê-la em importância. Diante disso, as unidades de informação vão voltando a ser um depósito de obras, quando poderiam ser instrumentos chave na configuração da sociedade.

Uma maneira que pode ser apontada para valorizar as bibliotecas é a atualização de suas técnicas. As bases teóricas construídas pela classificação, pela catalogação, pela indexação precisam ser revisadas e modernizadas, com esforços para a criação de novas técnicas menos complexas, mais intuitivas, e feitas de um modo abrangente e integrador. A aplicação de programas virtuais e de equipamentos tecnológicos já está demandando novas formas de pensar e usar as técnicas biblioteconômicas. A criação de linguagens legíveis por máquinas com vistas à recuperação da informação é um reflexo disso.

Outra questão passível de debate tem a ver com uma mudança na relação biblioteca-comunidade. A biblioteca que atua junto com a sociedade cria e distribui benefícios para todos os envolvidos. Por isso, a lei da biblioteca nas escolas – Lei n. 12.2444 – tem que deixar de ser letra morta; as melhorias e criação de novas bibliotecas públicas nas cidades brasileiras devem ser constantes no panorama contemporâneo; as bibliotecas universitárias como estrutura de ampliação da pesquisa científica. Todos esses aspectos vão ao encontro de uma Biblioteconomia cidadã e participativa, presente no cotidiano da população.

Através da formação de bibliotecários sensíveis, críticos, que interagem com a informação e por ela atuam na sociedade é que a disposição entre a biblioteca e a comunidade pode mudar. É preciso haver uma parceria, uma troca de experiências e um compartilhamento de saberes para que informação, sociedade e cidadania possam efetivamente ser integradas e a realidade social possa ser transformada.

E os grupos sociais, apesar de interesses distintos, têm nas bibliotecas um espaço de ação competente e participativo. Por isso, a censura e a omissão de informações prejudicam a ampliação do conhecimento. É preciso transcender classes, privilégios e poderes para tentar chegar ao denominador comum da disseminação universal de saberes. Da mesma maneira que a classe dominante se beneficia ao tomar contato com novas informações, a população também é favorecida, e mais do que isso, pode usufruir integralmente do desenvolvimento trazido pelo conhecimento.

As novas tecnologias já são parte integrante da prática bibliotecária. Ela traz facilidades e amplia o escopo de atuação do bibliotecário. Há que se pensar agora em usar a tecnologia a favor da classe, e não para ser usada de modo a substituir o profissional da informação. Toda a sociedade tem a perder ao privilegiar o automático em vez do humano. Máquinas não têm a capacidade de refletir; uma ciência e um campo profissional que não têm abertura para a crítica não pode evoluir.

Pensar dialeticamente é pensar na realidade e na prática social, percebendo que existem contradições e que elas levam à mudança. O paradigma e o paradoxo da Biblioteconomia contemporânea é a tecnologia. Como ela afeta e como ela vai moldar o futuro da área. A tentativa de reflexão proposta por este trabalho é um primeiro passo no caminho de uma postura crítica frente a uma ciência tão complexa, tão rica e com um poder revolucionário quanto a Biblioteconomia.

As tecnologias presentes nas pesquisas e nas aplicações práticas das bibliotecas devem servir a um sentido de evolução, de melhoria de vida e de efetiva cidadania. Evolui-se porque a Ciência faz novas descobertas todos os dias, ampliando o conhecimento do universo. Isso melhora a vida da população, pois se aplica na prática tais descobertas. A cidadania acontece quando há reflexão sobre essas novas experiências e como elas impactam no mundo. E a biblioteca apresenta-se como ponto estratégico para conhecer o que tem sido descoberto, como ele impacta a vida e como o cidadão pode se posicionar perante as mudanças.

É preciso combater intenções que venham a impedir a circulação de informações e conhecimentos. Por mais que certa classe queira manter um status quo apelando para estratégias que atrapalhem ou impossibilitem a circulação do saber, a atitude de uma sociedade que encontra na informação tanto uma fonte de lucro quanto de reflexão é a de rechaçar qualquer tipo de censura, de modo que as ideias possam ser propagadas livremente.

Propõe-se, então, que novas pesquisas possam ampliar, debater, refletir e melhorar as premissas aqui expostas, e que as ideias expressas possam chegar ao maior número de pessoas para que elas possam contribuir com suas experiências e saberes.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALMEIDA, Marco Antônio de; CRIPPA, Giulia. De Bacon à internet: considerações sobre a organização do conhecimento e a constituição da ciência da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 109-131, ago. 2009. Disponível em:

<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewArticle/3284>>.

Acesso em: 13 out. 2016.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1997. 129 p.

ALVARES, Lillian (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012.

ALVES, Rachel Cristina Vesú. **Metadados como elementos do processo de catalogação**. 2010. 132 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/handle/11449/103361>>. Acesso em: 17 out. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12676 – **Métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação**. Rio de Janeiro, 1992. 4 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024 - **Informação e documentação: índice: apresentação**. Rio de Janeiro, 2004. 4 p.

BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978. (Coleção Biblioteconomia, documentação, ciência da informação).

BORGES, Karen Selbach. **Bibliotecas digitais: um sistema para o controle de empréstimos e devoluções de objetos digitais**. 2000. 80 fls. Dissertação (Mestrado) - Pós Graduação em Ciência da Computação, Faculdade de Informática, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10923/1649>>. Acesso em: 21 out. 2016.

BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967). **Matrizes**, São Paulo, v. 2, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/97>>. Acesso em 14 jun. 2016.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: **Temas de Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010. p. 87-103. Disponível em: <[http://cmapspublic.ihmc.us/rid=1KR7TM7S9-S3HDKP-5STP/BRASCHER%20CAF%C3%89\(2008\)-1835.pdf](http://cmapspublic.ihmc.us/rid=1KR7TM7S9-S3HDKP-5STP/BRASCHER%20CAF%C3%89(2008)-1835.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937. **Cria o Instituto Nacional do Livro**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del093.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del093.htm)>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BRASIL. Lei Nº 4.084, de 30 de junho de 1962. **Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4084.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4084.htm)>. Acesso em 3 out. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: < <http://www.mtecbo.gov.br/>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

BRETTAS, Aline Pinheiro. A biblioteca pública: um papel determinado e determinante na sociedade. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 24, n.2, p.101-118, jul./dez. 2010. Disponível em: < <https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/1153>>. Acesso em: 1 set. 2016.

CARVALHO, Telma de; SOUZA, Thiago Lima. Internet das Coisas e Sua Aplicação em Bibliotecas. **Revista Gestão.Org**, v. 13, Edição Especial, 2015. p. 264-270. Disponível em: < <http://www.revista.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/viewFile/808/482>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

CASTRO, César Augusto. **História da biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica**. Brasília, DF: Thesaurus, 2000a.

\_\_\_\_\_. Profissional da informação: perfis e atitudes desejadas. **Informação & sociedade: estudos**. v.10, n.1 p.142-156, jan./jun. 2000b. Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/346>>. Acesso em: 2 set. 2016.

CESARINO, Maria Augusta N.; PINTO, Maria Cristina. M. F. Análise de assunto. **Revista Biblioteconomia**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 32-43, jan./jun. 1980. Disponível em: < <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/16905>>. Acesso em: 17 out. 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.

CINTRA, Anna Maria Marques et.al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Polis, 2002.

COSTA, Maira Murrieta. As bibliotecas brasileiras em 2018: resultados da técnica de delfos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.17, n.1, p.74-93, jan./mar. 2012. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1363>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

CRUZ, Carlos Henrique Brito. Vannevar Bush: uma apresentação. **Revista Latinoamericana de psicopatologia fundamental**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 11-13, Mar. 2011. Disponível em:



<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-47142011000100001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142011000100001) &lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 out. 2016.

DIALÉTICA. In: **Enciclopédia Barsa**, Encyclopaedia Britannica Editores Ltda, Rio de Janeiro, 1980, v. 6, p. 250-251.

DEMO, Pedro. Ambivalência da sociedade da informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42 maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a05v29n2.pdf>>. Acesso em: 6 ago, 2016.

DRABENSTOTT, Karen M., BURMAN, Celeste M., MACEDO, Neuza Dias de. Revisão analítica da biblioteca do futuro. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.26 ,n.2 , p. , 1997. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/710>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **A Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/pt-br.php>>. Acesso em: 28 out. 2016.

DUTRA, Moisés Lima Dutra; TORIANI, Silvana. A Internet das Coisas na prática: desafios e oportunidades. In: PRADO, Jorge do (Org.). **Ideias emergentes em Biblioteconomia**. São Paulo: FEBAB, 2016. p. 86-92. Disponível em: <<https://ideiasemergentes.wordpress.com/>>. Acesso em: 30 out. 2016.

FAUSTO, Sibe de; DUDZIAK, Elisabeth. Novas tendências para as bibliotecas: top trends 2016. Disponível em: <<http://www.sibi.usp.br/noticias/tendencias-bibliotecas-top-trends-2016-acrl-ala/>> Acesso em: 30 ago. 2016.

FERRAZ, Iraneuda Maria Cardinalli. Uso do catálogo de biblioteca: uma abordagem histórica. **Transinformação**, v. 3, p.90-114. jan-dez. 1991. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1662>>. Acesso em 15 out. 2016.

FERREIRA, Fernando Guimarães. **A dialética hegeliana**: uma tentativa de compreensão. Revista Estudos Legislativos, Porto Alegre, ano 7, n. 7, p. 167-184, 2013. Disponível em: <[http://submissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos\\_legislativos/article/view/112](http://submissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos_legislativos/article/view/112)>. Acesso em: 26 abr, 2016.

FIGUEIREDO, Mário João. **A configuração econômica do Estado na sociedade capitalista contemporânea**. 2003. 169 f. Tese (Doutorado em Economia) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. 2003. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27932>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2007.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. RDBCI: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, p. 60-90, dez. 2004. ISSN 1678-765X. Disponível em:

<<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2089>>. Acesso em: 19 out. 2016.

GARCIA, Thais Xavier. **Bibliotecas Públicas 2.0**: serviços ofertados, perfil e percepção dos bibliotecários. 2012. 123f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2012. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/99273>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**: com a nova ortografia da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INTRODUÇÃO ao materialismo dialético. Disponível em: <<http://dce.unifesp.br/textos/materialismo.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LANGRIDGE, Derek. **Classificação**: abordagem para estudantes de biblioteconomia. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília : Briquet de Lemos, 2004.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa biblioteca universitária**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

LIVRO da Filosofia, O. Tradução de Douglas Kim. São Paulo: Globo, 2011.

MARTINS, Ana Amélia Lage. Mediação e bibliotecas públicas: uma perspectiva dialética. Perspectivas em Ciência da Informação, v.19, número, p.164-185, out./dez. 2014. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362014000500013&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362014000500013&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 1 ago, 2016.

MEDEIROS, Ana Ligia Silva. **Desconhecida pela comunidade e desprezada pelas autoridades**: a biblioteca pública no Brasil na opinião de atores políticos e pesquisadores. Orientadora: Gilda Olinto. Rio de Janeiro, 2015. 175 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: < <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/802>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Ana Amélia Lage. Mediação e bibliotecas públicas: uma perspectiva dialética. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, número, p.164-185, out./dez. 2014. Disponível em: < <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2298>>. Acesso em: 31 out. 2016.

MATA, Marta Leandro da. **A competência informacional de graduandos de biblioteconomia da região sudeste**: um enfoque nos processos de busca e uso ético da informação, 2009. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

MEY, Eliane Serrão Alves. Bibliotheca Alexandrina. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v . 1, n. 2, p.71-91, jan./jun. 2004. Disponível em: < <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2081>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

MILANESI, Luiz. Biblioteca pública: do século XIX para o XXI. **Revista USP**, São Paulo, n. 97, p. 59-70, mar/abr/maio, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/61685>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

MILANO, Manoelle; DAVOK Cristine Dalri Delsi Fries. Consultor de informação: serviços prestados por empresas de consultoria nas áreas de biblioteconomia e gestão da informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v.14, n.1, p.253-278, jan./jun., 2009. Disponível em: < <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/658/726>>. Acesso em: 6 jul. 2016.

MIRANDA, Antônio. **Estrutura de informação e análise conjuntural**: ensaios. Brasília: Pioneira, 1980.

\_\_\_\_\_. A missão da biblioteca pública no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 6, n. 1, jan./jun. 1978, p. 69-75. Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/594>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

MORAES, Sandréa. **Internet das coisas**: Internet of things – IoT. 2014. Disponível em: < <http://bibliopage.blogspot.com.br/2014/10/internet-das-coisas-internet-of-things.html>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

MOSTAFA, Solange Puntel. Biblioteconomia e história: uma abordagem dialética. **Revista Brasileira de Biblioteconomia**, vol. 14, p. 47-51, jan./jun. 1981.

NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. **Biblioteca pública**: a contradição de seu papel. 1997. 116f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia, UFMG, 1985. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-93TFHY>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

OLINTO, Gilda. MEDEIROS, Ana Ligia. Capital social e biblioteca pública. In: ALBAGLI, Sarita (Org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013. p. 236-256.

PINTO, Virgínia Bentes . A biblioterapia como campo de atuação para o bibliotecário. **Transinformação**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2005. disponível em: < <http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo.viewarticle.php?id=79> >. Acesso em: 1 ago. 2016.

QUEIROZ, Antônia Maria Carvalho de. **A biblioteca, uma organização sociocultural e instrumento a serviço da educação e da cidadania**. 2006. Dissertação (Mestrado em Metodologia da Educação Superior com Ênfase em Novas Tecnologias) - Faculdade Batista Brasileira, Salvador, 2006. Disponível em: < [http://www.sefaz.ba.gov.br/scripts/ucs/externos/monografias/monografia\\_antonia\\_fbb.pdf](http://www.sefaz.ba.gov.br/scripts/ucs/externos/monografias/monografia_antonia_fbb.pdf)>. Acesso em: 13 jun, 2016.

RANGANATHAN, S.R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

REIS, Marivaldina Bulcão. **Biblioteca universitária e a disseminação da informação**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação, Salvador, 2008. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7932>>. Acesso em: 5 ago, 2016.

RIBEIRO, Alexsander Borges. **Bibliotecas públicas do Brasil: passado, presente e futuro**. 2008. Monografia (graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17857/000718838.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

ROCHO, Rodolfo de Matos. **O estereótipo do bibliotecário no cinema**. 2007. 97f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Departamento de Ciências da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16257/000667029.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 jul.. 2016.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia. ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Revista Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1124/1265>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

ROSETTO, Marcia. Bibliotecas digitais: cenário e perspectivas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.4, n.1, p. 101-130, jan./jun.. 2008. Disponível em: < <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/101/92>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SALATIEL, José Renato. **Marx - teoria da dialética**: contribuição original à filosofia de Hegel. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/marx---teoria-da-dialetica-contribuicao-original-a-filosofia-de-hegel.htm>>. Acesso em: 27 abr, 2016.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; CARVALHO, Angela Grossi. Sociedade da Informação: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação.

**Informação & Sociedade:** Estudos, João Pessoa, v.19, n.1, p. 45-55, jan./abr. 2009. Disponível em: < <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1782>>. Acesso em: 24 out. 2016.

SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.6, n.1, p. 50-61, jan./jun. 2010. Disponível em: < <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/132>>. Acesso em 13 jun. 2016.

SANTOS, Thaysé Natália Cantanhede. **Curadoria digital:** o conceito no período de 2000 a 2013. 2014. 165 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/17324>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

SATAR, Edma. Expectativas dos bibliotecários no século XXI. **Revista Prisma.Com**, v. 15, p. 1-7, 2011. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/prisma.com/article/view/1249>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

SAYÃO, Luis Fernando; SALES, Luana Farias. Curadoria digital: um novo patamar para preservação de dados digitais de pesquisa. **Informação & Sociedade:** Estudos, João Pessoa, v.22, n.3, p. 179-191, set./dez. 2012. Disponível em: < <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/12224/8586>>. Acesso em: 31 out. 2016.

SIQUEIRA, Marcos Antonio. **XML na ciência da informação:** uma análise do MARC21. 2003. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2003. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93720>>. Acesso em 16 out. 2016.

SOUZA, Francisco das Chagas. A formação acadêmica de bibliotecários e cientistas da informação e sua visibilidade, identidade e reconhecimento social no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 16, n. 1, p. 23-34, jan./jun. 2006. Disponível em: < <http://www.biblionline.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/439/1491>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

TAMMARO, Anna Maria; SALARELLI, Alberto. **A biblioteca digital**. Brasília, DF, Briquet de Lemos, 2008.

TARGINO, Maria das Graças. **Olhares e fragmentos:** cotidiano da biblioteconomia e ciência da informação. Teresina: EDUFPI, 2006.

TRIACA, Roberta. **No labirinto das vozes mortas:** considerações sobre a Kulturwissenschaftliche Bibliothek Warburg. 2015. 56 fls. Monografia (Curso de Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2015. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/134814>>. Acesso em: 11 out. 2016.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Assumindo um novo paradigma na biblioteconomia. **Informação & Informação**, Londrina, v.0, n.0, p.2-6, jul./dez. 1995. Disponível em: < <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000001472/aa949bf78605e143a8bc62b2131fe912>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. O moderno profissional da informação: formação e perspectiva profissional. **Enc. Bibli.**: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 16-18, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/12/5058>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

VIDIGAL, Frederico; NASSIF, Mônica Erichsen. Inteligência competitiva: metodologias aplicadas em empresas brasileiras. **Informação & Informação**, Londrina, v. 17 n. 1, p. 93 – 119, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/8744>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

VIEIRA, Ronaldo. **Introdução à teoria geral da Biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência: 2014.

VOELCKER, Marta. **Uso de tecnologias da informação e comunicação em bibliotecas públicas no Brasil**. Porto Alegre: Fundação Pensamento Digital, 2013.

WACHWICZ, Lílian Anna. A dialética na pesquisa em educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 2 - n.3 - p. 171-181 - jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=730&dd99=view&dd98=p>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles; BAPTISTA, Sofia Galvão. A força dos estereótipos na construção da imagem profissional dos bibliotecários. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.17, n.3, p.27-38, set./dez. 2007. Disponível em:<<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/962/1583>>. Acesso em: 21 jul. 2016.